



Modernização da UHE Capivara

Crédito da foto: Henrique Manreza

# Demonstrações Financeiras 2017

Rio Paranapanema Energia S.A.



## RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2017

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vivemos em 2017 um período de consolidação das operações da Rio Paranapanema Energia com a CTG Brasil, dando sequência à aquisição desses ativos concluída no final de dezembro de 2016. Assim, esse foi o primeiro ano de operação com a CTG Brasil, que é a segunda maior geradora privada de energia limpa do país, com capacidade instalada de 8,27 GW.

Temos um importante desafio para os próximos anos: a integração dos colaboradores à cultura da CTG Brasil, seu desenvolvimento, a atração e, principalmente, a retenção de talentos.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de nos mantermos como uma empresa de referência também em gestão de pessoas e em segurança, que sempre foi um valor muito presente na cultura da Paranapanema. Assim, continuamos comprometidos em garantir que nossas operações sejam realizadas com os mais altos padrões de proteção às pessoas e prevenção de acidentes. No reforço da essa prioridade, aspectos e indicadores de saúde e segurança são acompanhados periodicamente pela Diretoria–Executiva.

Fizemos um diagnóstico dos riscos de nossas atividades, considerando os ambientes interno (nossa operação) e externo (regulatório, econômico, tecnológico, sociocultural), a partir do qual definimos os pilares e objetivos estratégicos para a condução dos nossos negócios. Adotamos a sustentabilidade como princípio norteador de nossa atuação, como parte integral de nossos negócios; em outras palavras, nossa missão.

Reforçamos nossas diretrizes de conformidade, fortalecemos a equipe de Auditoria, Riscos e *Compliance*, adotamos o Código de Conduta Ética nos Negócios de nossa controladora e estabelecemos patamares ainda mais rigorosos de conduta e integridade. O próximo passo será estender essas exigências de conduta a fornecedores e parceiros.

O ano de 2017 continuou desafiador para os negócios, ainda marcado pela instabilidade econômica e política do País. Esse aspecto de curto prazo tem uma influência menor no desempenho da Companhia, uma vez que em média 80% da energia da Rio Paranapanema já está contratada pelos próximos três anos, mas as questões regulatórias afetam diretamente nossos resultados. Nesse sentido, tivemos a continuidade das discussões sobre temas cruciais, como a revisão ordinária das garantias físicas e o risco hidrológico.

Com o objetivo de melhorar nossa eficiência operacional, prosseguimos com a repotenciação das unidades geradoras da usina hidrelétrica Capivara, que proporcionará aumento da garantia física de 15,6 MW.

Em um ano “seco”, com índice pluviométrico abaixo do esperado, mitigamos a situação de secas ferrenhas abordagens de compra e venda de energia, que se mostraram bem–sucedidas para garantir a receita líquida do ano, que totalizou R\$ 1.453 milhões, 9% acima da registrada em 2016. A necessidade de comprar um maior volume de energia destinado a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo, decorrente do cenário de baixa hidrologia verificada no ano, entretanto, afetou o EBITDA – que recuou 28,7%, para R\$ 620 milhões, –, e o lucro líquido – que somou R\$ 243,9 milhões, resultado 32,5% inferior ao de 2016.

No aspecto financeiro, a solidez financeira da Rio Paranapanema foi evidenciada pela manutenção do grau de investimento nas agências Standard & Poor’s (brAA+ nacional e BB global) e Moody’s (Aa1.br nacional e Ba2 global), mesmo com o recente rebaixamento do *rating* soberano.

O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas e mudanças para a Companhia, com a integração de nossas operações com a CTG Brasil e absorção de uma nova cultura. Se 2017 foi o ano de integração, vemos 2018 como um período de transformação. Sabemos que ainda temos muito trabalho pela frente para mantermos a nossa excelência operacional nos negócios, contribuindo para fortalecer a marca CTG Brasil.

Li Yinsheng  
Presidente

#### Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A., empresa da China Three Gorges Corporation (CTG), apresenta este Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, que são acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

### SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este Relatório de Administração foi elaborado com base nas orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) para Relatório Integrado e cobre informações financeiras e não financeiras da Rio Paranapanema Energia S.A. referentes ao período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017. O conteúdo foi elaborado com base no conceito do IIRC para os seis capitais: financeiro; manufaturado; intelectual; humano; social e de relacionamento; e natural.

Os dados financeiros e operacionais são apresentados em base consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), sendo as demonstrações financeiras auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As informações de caráter socioambiental seguem as prioridades estabelecidas em processo de materialidade realizado pela CTG Brasil para identificar os temas mais relevantes para a gestão sustentável do negócio.

### A RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

A Rio Paranapanema Energia S.A. opera oito usinas hidrelétricas (UHEs) instaladas ao longo do Rio Paranapanema e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) localizadas no Rio Sapucaí, todas no Estado de São Paulo. Desde 29 de dezembro de 2016, a empresa faz parte da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia instalada no país, que é subsidiária da China Three Gorges Corporation.

Para as UHEs, mantêm dois contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O primeiro, que abrange as usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, será encerrado em 2029; o segundo, com prazo até 2033, inclui as usinas Canoas I e Canoas II, operadas em sistema de consórcio com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), cabendo à Rio Paranapanema 49,7% da capacidade instalada, o equivalente a 51,18 megawatts médios (MWm).

As PCHs Palmeiras e Retiro são operadas pela subsidiária Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda. a partir de resoluções autorizativas da Aneel que se encerram em 2032.

No final de 2017, a capacidade instalada era de 2.281,8 megawatts (MW), já incluindo o aumento de 8 MW proporcionado pela repotenciação da UG–04 da UHE Capivara, o equivalente a 2,3% do total de geração hidrelétrica do Brasil (100.319 MW, de acordo com dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia – MME).

### MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios da Rio Paranapanema Energia define seus objetivos e suas relações, bem como a forma com a qual gera valor para seus *stakeholders* em curto, médio e longo prazos.

**Capital Natural:** a água é o principal recurso para a geração de Energia. A Companhia investe na maior eficiência do uso desse recurso e no controle de sua qualidade.

**Capital Humano:** os colaboradores são fundamentais para a continuidade dos negócios.

**Capital Social e de Relacionamento:** o engajamento com as comunidades do entorno de seus empreendimentos, bem como com seus fornecedores e demais partes interessadas, é essencial para o bom desempenho organizacional.

**Capital Financeiro:** recursos financeiros próprios e de terceiros viabilizam investimentos necessários para o fortalecimento do negócio e o alcance de bons resultados.

**Capital Manufaturado:** as usinas de geração são o principal capital construído da Companhia.

**Capital Intelectual:** iniciativas de pesquisa e desenvolvimento contribuem para a inovação e os avanços tecnológicos que apoiam o crescimento dos negócios.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

Orientada por princípios de transparência, a Rio Paranapanema Energia S.A. segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) na adoção das melhores práticas no relacionamento com seus públicos de interesse e na divulgação de informações. Esse modelo estabelece claras atribuições para a Administração da Companhia e assegura a conformidade de suas ações, incluindo a contratação de auditoria independente para avaliar seus balanços e demonstrações financeiras.

A estrutura de governança é integrada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria–Executiva.

O Conselho de Administração, dentre outras atribuições, estabelece as políticas e diretrizes dos negócios da Companhia, elege os membros da Diretoria–Executiva, define suas atribuições e fiscaliza seu desempenho, entre outras atribuições estabelecidas pelo Estatuto Social. Em 2017, era integrado por seis membros, sendo um suplente, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Dois dos integrantes (um efetivo e seu respectivo suplente) são eleitos pelos empregados. O Conselho de Administração é liderado por seu presidente, que acumula o cargo de diretor–presidente da Companhia.

A Diretoria–Executiva, dentre outras atribuições, administra os negócios e executa as deliberações do Conselho de Administração. Cabe ao diretor–presidente delegar as funções e atribuições a cada diretor–executivo. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Em dezembro de 2017, era composta por cinco integrantes.

O Conselho Fiscal avalia as atividades da Administração e as demonstrações financeiras. De caráter não permanente, é instalado sempre que solicitado pelos acionistas, como previsto no Estatuto Social da Companhia. Desde 2006, a Assembleia Geral tem requerido a instalação do Conselho Fiscal.

**Troféu transparência** – Em 2017, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia recebeu o Troféu Transparência. Concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecaf) e a Serasa Experian, o prêmio avalia a qualidade e o grau das informações das demonstrações contábeis, a transparência das informações prestadas, a qualidade do relatório da administração e a divulgação de aspectos não exigidos legalmente, mas relevantes para o negócio.

### GESTÃO DE RISCOS

Em 2017, a Companhia fortaleceu o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos por meio de um periódico Risk Assessment para apoio na identificação e no monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os negócios que vem sendo conduzido pela Diretoria de Compliance, Riscos e Auditoria da matriz, com reportes periódicos à Diretoria Executiva da Companhia.

Nesse processo, a equipe de Riscos aporta metodologia e ferramentas para que cada área acompanhe e adote medidas de mitigação para os tópicos sob sua responsabilidade, a exemplo de riscos financeiros, comerciais, operacionais, regulatórios, de conformidade, de contratos com fornecedores, ambientais e de imagem e reputação.

No apoio à gestão dos riscos operacionais, são adotadas atividades de monitoramento e manutenção preventiva das usinas, o que assegura o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e o cumprimento dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com os clientes. Os procedimentos e investimentos em modernização de equipamentos também contribuem para a redução de custos e dos riscos de paradas não programadas das unidades geradoras de energia elétrica.

Há um programa estruturado para o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSem), que prevê reuniões anuais com as comunidades do entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Nesses encontros, são esclarecidas dúvidas e abordadas informações sobre a operação dos reservatórios em épocas de seca e cheias e os possíveis impactos nas comunidades.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

A Companhia manteve em 2017 o Programa de *Compliance*, o Código de Ética e Conduta nos Negócios, o Canal de Ética e submeteu–se às políticas da matriz baseadas nas melhores práticas do mercado em temas como conflitos de interesse e combate à corrupção. Essas políticas abrangem Sistemas de Controles Internos, Conflito de Interesse, Contratação de Parentes, Medidas Disciplinares, Prevenção à Corrupção, Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, Interação com Poder Público, Relatos de Não Conformidade e *Due Diligence* de Fornecedores, Clientes e Parceiros.

O Código de Ética e Conduta nos Negócios apresenta os princípios–chave que devem nortear o relacionamento entre a companhia e colaboradores, terceiros, acionistas e a sociedade em geral. Ao longo do ano, 100% dos colaboradores da Companhia assinaram o termo de compromisso e passaram por treinamento presencial. Também receberam comunicações específicas durante a semana que antecedeu o Dia Mundial de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro.

No ano, também foi fortalecido o Canal de Ética, espaço para colaboradores e público externo manifestarem situações de não conformidade envolvendo a Companhia, seus colaboradores, terceiros e demais públicos de interesse. É administrado por uma empresa independente, com garantia de sigilo e confidencialidade, de não retaliação e a possibilidade de manter o anonimato, pois a identificação é opcional. Atende 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, por meio de telefone (0800 601 6888) ou internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>).

### CAPITAL FINANCEIRO

#### Contexto de Mercado

O Brasil passou em 2017 por mais um ano de instabilidade econômica e política, porém com viés de recuperação. O Produto Interno Bruto (PIB) reverteu a queda de 3,6% em 2016 e registrou crescimento de 1%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a produção industrial recuperou–se de três anos de baixas consecutivas, com aumento de 2,5%, e o comércio varejista registrou vendas 2% acima dos 12 meses anteriores.

Apesar de os indicadores apontarem para uma recuperação da economia, a taxa média de desemprego continuou sua trajetória de alta, encerrando o ano em 12,7%, segundo o IBGE. A inflação (IPCA) de 2,95%, representa expressiva queda a partir dos 6,29% observados em 2016, como reflexo das dificuldades do cenário econômico, ficando abaixo do piso inferior da meta (4,5%). A taxa Selic, por sua vez, passou de 13,75% para 7,00%.

No mês de dezembro de 2017, a capacidade instalada total de geração de energia elétrica do Brasil atingiu 157.580 MW, acréscimo de 6.960 MW (4,95%) em relação ao ano anterior, sendo 100.319 MW de fontes hidráulicas, conforme o Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do MME. O consumo de energia foi 0,8% maior do que no ano anterior, alcançando 463.948 GWh, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e retornou aos níveis 2015.

### INDICADORES DE REFERÊNCIA – EM 31 DE DEZEMBRO

	2017	2016	2015	2014	2013
IGP–M	–0,52%	7,17%	10,54%	3,69%	5,51%
IPCA	2,95%	6,29%	10,67%	6,41%	5,91%
Taxa de câmbio	3,3080	3,2591	3,9048	2,6562	2,3426
Δ% Taxa de câmbio	1,50%	–16,54%	47,01%	13,39%	14,64%
Taxa Selic	7,00%	13,75%	14,25%	11,75%	10,00%
CDI	9,93%	14,00%	13,24%	10,81%	8,06%

### AMBIENTE REGULATÓRIO

Mais do que o contexto macroeconômico, as geradoras de energia foram muito impactadas por aspectos regulatórios durante o ano de 2017. O mais importante deles refere–se ao processo de revisão ordinária das garantias físicas, publicado em 2017, mas com efeito a partir de 2018, e a correta alocação do risco não hidrológico assumido indevidamente pelos geradores integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Nesse sentido, o gerador tem assumido riscos adicionais, que não fazem parte do seu negócio.

A Rio Paranapanema não aceitou as condições de repactuação de risco hidrológico estabelecidas pelo órgão regulador trazidas pela Lei nº 13.203/2015 e, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), obteve em 2015 uma liminar para não arcar com os riscos não hidrológicos atribuídos aos geradores do MRE. Essa condição se manteve inalterada até o final de 2017.

A iniciativa de uma ampla revisão do modelo setorial foi objeto da Consulta Pública nº 33 (CP 33), encerrada em 17 de agosto de 2017, com a abordagem de diversas medidas como ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso de consumidores ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas e medidas para desjudicializar o setor. A consulta recebeu mais de 190 contribuições de agentes do setor para o mapeamento dos diversos graus e pontos de vista dos problemas atuais e das possibilidades de solução.

O tema, entretanto, foi transformado em um projeto de lei atualmente em trâmite na Presidência da República e será oportunamente encaminhado ao Congresso Nacional.

**Garantia física** – Após negociações e apresentação de propostas ao Ministério de Minas e Energia, está prevista para janeiro de 2018 a revisão da garantia física de empresas do grupo, com perda estimada de 5% da garantia física das oito UHEs da Rio Paranapanema Energia, resultando em 1.059,7 MW médios. Os ganhos de revisões extraordinárias da Rio Paranapanema não farão parte desse processo de revisão.

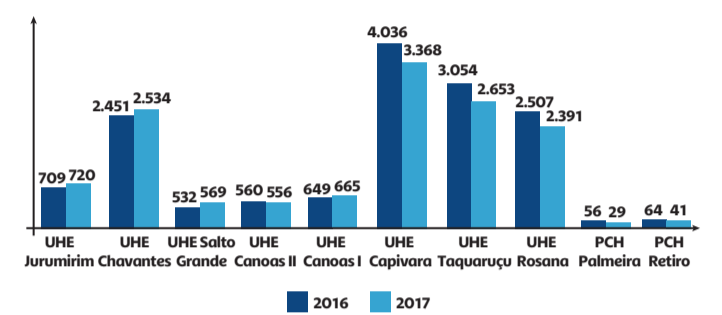
### GERAÇÃO

Em 2017, as usinas da Companhia geraram 13.525,02 GWh de energia, 7,5% abaixo do ano anterior (14.616,3 GWh em 2016), e o equivalente a 2,5% do total da energia elétrica produzida no país no período (547.604 GWh) de acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O montante gerado foi 36,9% superior à garantia física bruta para o ano, fixada em 9.882,01 GWh, correspondendo a 1.130,01 MWm, sendo 1.113,80 MWm referentes às UHEs, no Rio Paranapanema, e 16,21 MWm relativos às PCHs Palmeiras e Retiro, no Rio Sapucaí. As usinas mantiveram índice médio de disponibilidade verificada de 88,78%, com baixa taxa de falha nas unidades geradoras.

A geração de energia elétrica pelas usinas é programada e executada de acordo com procedimentos coordenados e controlados pelo ONS, que gerencia as diferentes fontes de energia e a rede de transmissão, de forma a garantir a segurança do suprimento contínuo em todo o País.

A principal razão do decréscimo de 7,5% na geração em 2017 foi a condição hidrológica excepcional na Bacia do Paranapanema ocorrida no ano de 2016 e, consequentemente, um maior despacho definido pelo ONS naquele ano. No entanto, os reservatórios da Companhia encerraram 2017 com 68% de volume armazenado, superior à média histórica de 64% (35 anos de acompanhamento) e um montante gerado de 136,9% da garantia física, superior à média histórica de 122% (18 anos).

### PRODUÇÃO DE ENERGIA (GWh)



### ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE NAS UNIDADES GERADORAS LÍQUIDO DE EXPURGOS

UHE Jurumirim	99,02%
UHE Chavantes	97,65%
UHE Salto Grande	95,04%
UHE Canoas II	96,11%
UHE Canoas I	98,29%
UHE Capivara	95,08%
UHE Taquaruçu	95,87%
UHE Rosana	94,63%
PCH Palmeiras	81,84%
PCH Retiro	97,65%

### COMERCIALIZAÇÃO

Embora 2017 tenha apresentado um quadro desafiador para a recuperação da economia brasileira, foram bem–sucedidos os esforços de venda de energia realizados nos anos anteriores, que tiveram como objetivo assegurar bons níveis de contratação em médio prazo.

A energia total disponível para comercialização foi de 1.047 MW médios, desconsiderando a energia registrada para o consórcio CBA. A diferença entre o volume contratado e essa garantia foi utilizada como *hedge* hidrológico, sendo destinada a cobrir parte das exposições financeiras do mercado de curto prazo decorrente do cenário de baixa hidrologia verificado no período.

Os esforços ativos da equipe comercial se concentraram em comercializar os volumes de energia disponível para venda em anos futuros, com o objetivo de assegurar bons níveis de contratação. Mesmo diante de um cenário macroeconômico instável, observou–se certa estabilidade dos preços da energia elétrica em médio e longo prazos, o que garantiu o sucesso da estratégia comercial. O volume de energia vendida, sem considerar Mercado de Curto Prazo (MCP) e MRE, foi de 8.421,9 GWh.

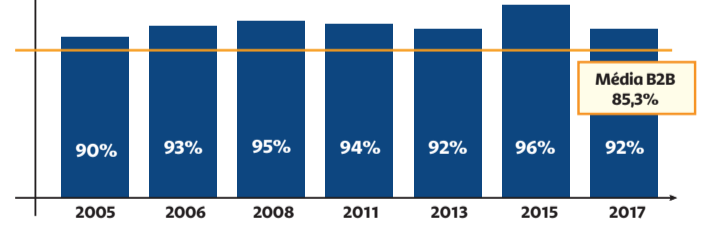
Os principais fatores que tiveram impacto sobre o desempenho comercial foram: a) alta volatilidade do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) decorrente da baixa hidrologia verificada no Sistema Interligado Nacional; b) grande exposição dos geradores hidráulicos ao *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF); c) incerteza quanto à retomada sustentável do crescimento econômico do Brasil que referencia a liquidez futura do mercado e a disposição de compra dos grandes consumidores de energia; e d) o elevado nível de judicialização verificado no setor elétrico no mercado de curto prazo.

A previsão do setor, com base no cenário de restrição hidrológica, é de maior volatilidade dos preços de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no horizonte de 2018 e 2019, o que tende a influenciar os preços de médio e longo prazo no ACL (2020 a 2022). Sendo assim, a Rio Paranapanema já estuda mecanismos de mitigação desse risco.

#### Satisfação do Cliente

Pesquisa de satisfação de clientes da Rio Paranapanema, realizada por empresa independente, obteve 91,9% de clientes satisfeitos, índice acima da média de mercado (83,5%). Os questionários identificaram que 73,3% dos consumidores livres declararam não ter percebido nenhuma alteração no relacionamento com a Rio Paranapanema como efeito da mudança de controle acionário, o que sinaliza um bom resultado do processo de integração à CTG Brasil.

### ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE



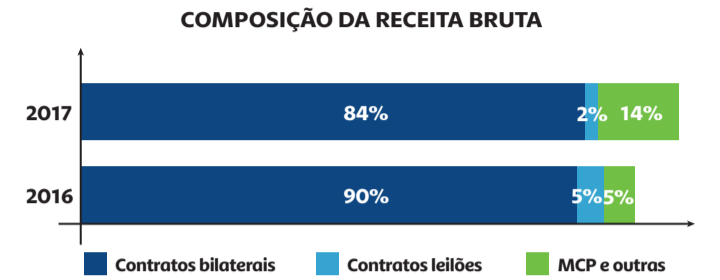
### DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO

#### Principais Indicadores (R\$ Mil)

	2017	2016	Variação %
<b>Financeiros</b>			
Receita operacional bruta	1.631.620	1.496.316	9,0
(–) Deduções à receita operacional	(178.273)	(163.005)	–9,4
Receita operacional líquida	1.453.347	1.333.311	9,0
(–) Despesas operacionais	(1.057.394)	(688.081)	–53,7
Resultado do serviço	395.953	645.230	–38,6
Ebitda	620.157	870.208	–28,7
Margem Ebitda – %	42,7%	65,3%	–22,6 pp
Resultado financeiro	(77.264)	(147.425)	47,6
Resultado operacional	318.689	497.805	–36,0
Lucro líquido do exercício	243.881	361.040	–32,5
Margem líquida – %	16,8%	27,1%	–10,3 pp
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	–
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	2.582,57	3.823,22	–32,5
<b>Patrimoniais</b>			
Ativos totais	4.509.694	4.388.123	2,8
Dívidas em moeda nacional	(1.487.694)	(1.527.751)	2,6
Patrimônio líquido	(1.693.669)	(1.771.988)	–4,4

## RECEITA

A receita operacional bruta totalizou R\$ 1.631,6 milhões em 2017, aumento de 9,0% comparativamente ao ano anterior, como reflexo especialmente dos melhores preços fixados na comercialização e na transferência dos volumes de energia negociados em outros mercados para o MCP. Os contratos bilaterais representaram 84% da receita (90% no ano anterior). A receita líquida, de R\$ 1.453,3 milhões, representou acréscimo de 9,0%.



## DESPESAS OPERACIONAIS

Houve aumento de R\$ 369,3 milhões, ou 53,7%, nas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 1.057,4 milhões em comparação a R\$ 688,1 milhões em 2016. Esse aumento é originado principalmente pelo maior volume de energia comprada para revenda em decorrência da retração do cenário hidrológico em 2017, representado pela diminuição dos níveis do GSF. Esse custo registrou acréscimo de 443,1%, o equivalente a R\$ 388,7 milhões no acumulado do ano.

Outros fatores que impactaram mais expressivamente as despesas operacionais foram:

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** menos R\$ 22,2 milhões (25,1%) especialmente devido à redução de 7,5% do montante de geração em relação ao ano de 2016 e da diminuição de 22,7% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 93,35/MWh para R\$ 72,20/MWh a partir de 1º de janeiro de 2017.
- Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$ 9,1 milhões, ou 8,3%, decorrente dos reajustes incidentes sobre esses encargos durante 2017;
- Outras despesas:** incremento de R\$ 5,7 milhões em relação a 2016, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas nas usinas hidrelétricas Capivara e Chavantes.
- Créditos de liquidação duvidosa:** reversão de R\$ 2,7 milhões, em decorrência dos efeitos da liquidação do mercado de curto prazo, comparativamente a uma constituição de R\$ 2,5 milhões no ano anterior.
- Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos:** Reversão parcial da provisão de perda no valor de R\$ 16,9 milhões em 2017, em comparação aos R\$ 17,8 milhões revertidos em 2016. Em 2017, a taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC) utilizada para o cálculo do *impairment* foi de 10,9% (12,5% em 2016). O WACC foi basicamente influenciado pela redução da taxa básica de juros.

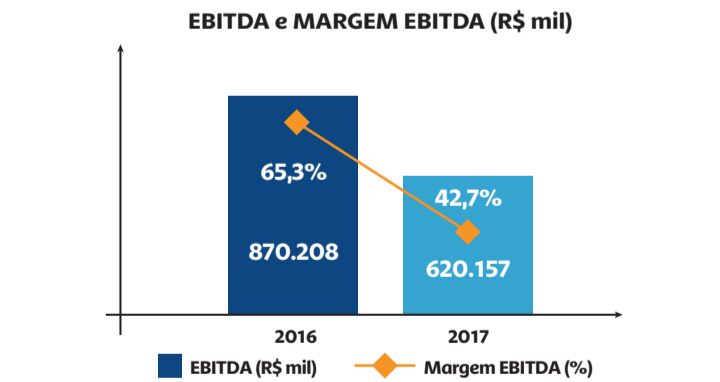
	2017	2016	Variação (%)
Energia comprada para revenda	(476.418)	(87.717)	-443,1
Depreciação e amortização	(224.204)	(224.978)	0,3
Encargos de uso da rede elétrica	(119.328)	(110.211)	-8,3
Pessoal	(95.680)	(92.363)	-3,6
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(66.155)	(88.371)	25,1
Serviços de terceiros	(45.727)	(54.438)	16,0
Outras	(22.291)	(16.565)	-34,6
Seguros	(11.460)	(10.083)	-13,7
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(5.614)	(5.666)	0,9
Material	(5.309)	(3.946)	-34,5
Aluguéis	(4.762)	(3.885)	-22,6
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(5)	(5.164)	99,9
Reversão/(constituição) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	2.681	(2.520)	206,4
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	16.878	17.826	-5,3
<b>Total</b>	<b>(1.057.394)</b>	<b>(688.081)</b>	<b>-53,7</b>

### EBITDA

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda foi de R\$ 620,2 milhões em 2017, redução de 28,7% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do maior volume de energia comprada para revenda devido à retração do cenário hidrológico no ano. A margem Ebitda, de 42,7%, regrediu 22 pontos percentuais em relação a 2016 (65,3%).



### Ebitda (R\$ Mil) e Margem Ebitda

	2017	2016	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	243.881	361.040	-32,5
Imposto de renda e contribuição social	74.808	136.765	45,3
Resultado financeiro (líquido)	77.264	147.425	47,6
Depreciação e amortização	224.204	224.978	0,3
<b>Ebitda</b>	<b>620.157</b>	<b>870.208</b>	<b>-28,7</b>
Margem Ebitda	42,7%	65,3%	-22,6 pp

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido de 2017 foi negativo em R\$ 77,3 milhões, o que representou impacto positivo de 47,6% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorreu da redução de 28,2% das despesas financeiras ocasionada, principalmente, pelo menor volume de dívida no exercício, enquanto as receitas cresceram 4,6%, pouco acima da inflação registrada pelo IPCA em 2017, de 2,95%.

### Resultado Financeiro (R\$ Mil)

	2017	2016	Variação (%)
Receitas	91.195	87.208	4,6
Despesas	(168.459)	(234.633)	28,2
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(77.264)</b>	<b>(147.425)</b>	<b>47,6</b>

## ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida consolidada reduziu 24,3% em 2017 na comparação com o ano anterior, principalmente pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa. No final de 2017, o endividamento líquido era de R\$ 510,9 milhões, ante R\$ 675,2 milhões no ano anterior. O caixa passou de R\$ 852,6 milhões para R\$ 976,8 milhões em decorrência da geração de caixa da Companhia, além do efeito de R\$ 284,8 milhões decorrente da liminar do GSF concedida à Apine.

A dívida bruta reduziu em 2,6%, com saldo em 2017 de R\$ 1.487,7 milhões, sendo que todo esse montante é representado por debêntures.

O saldo de debêntures em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.487,7 milhões, 14,7% superior aos R\$ 1.297,5 milhões do final de 2016. Essa variação é resultado principalmente da captação da 7ª emissão de debêntures, compensados pela quitação da 3ª emissão, pelo pagamento de parcela da 4ª e 5ª emissões, pelo pagamento de juros da 4ª (séries 1 e 2), 5ª (séries 1 e 2) e 6ª (série única) emissões ocorridas ao longo do ano.

O empréstimo representado por Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi liquidado em 5 de maio de 2017.

### Dívida Financeira Líquida (R\$ Mil)

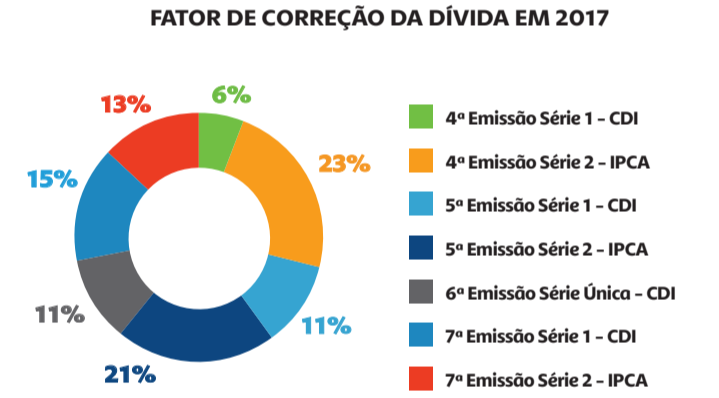
	2017	2016	Variação (%)
Empréstimo	–	230.228	100,0
Debêntures	1.487.694	1.297.523	-14,7
Curto Prazo	360.173	285.383	-26,2
Longo Prazo	1.127.521	1.012.140	-11,4
Caixa	(976.841)	(852.563)	14,6
<b>Dívida líquida</b>	<b>510.853</b>	<b>675.188</b>	<b>24,3</b>

### Empréstimo (R\$ Mil)

Tipo	Remuneração	Vencimento	2017	2016	Variação (%)
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	–	230.228	100,0%

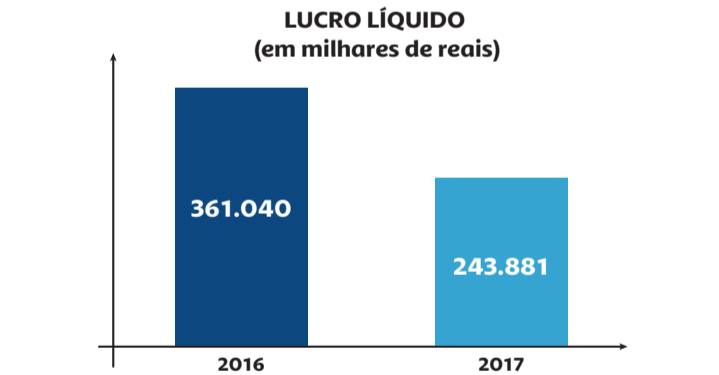
### Debêntures (R\$ Mil)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2017	2016	Variação (%)
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	–	80.303	100,0
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	86.573	177.314	51,2
4ª	2	Variação IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	338.317	328.952	-2,8
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	160.203	241.969	33,8
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	311.314	302.605	-2,9%
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	164.032	166.380	1,4
7ª	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	223.449	–	–
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	203.806	–	–
				<b>1.487.694</b>	<b>1.297.523</b>	<b>-14,7%</b>



## LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$ 243,9 milhões, resultado 32,5% inferior aos R\$ 361,0 milhões em 2016. O principal fator que contribuiu para essa redução foi o cenário hidrológico desfavorável em 2017, refletido por um aumento das despesas operacionais na rubrica de "Energia comprada para revenda".



### RATINGS

A solidez financeira da Companhia foi reconhecida nas avaliações de risco de crédito como grau de investimento. Pela Standard & Poor's, foi recebido o número máximo de degraus acima do *rating* soberano (brAA+, nacional, e BB na global), mantendo-se *rating* estável na Moody's (Aa1.br, na escala nacional, e Ba2, em escala global), mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em janeiro de 2018.

### Rating de Crédito Corporativo

Agência	Escala	Rating	Perspectiva	Data
Standard & Poor's	Global	BB	Estável	12/01/2018
Standard & Poor's	Nacional	brAA+	Estável	12/01/2018
Moody's	Nacional	Aa1.br	Negativa	05/06/2017
Moody's	Global	Ba2	Negativa	05/06/2017

### Valor Adicionado

O valor adicionado totalizou R\$ 839.014 milhões (R\$ 1.087,2 milhões em 2016), representando a riqueza agregada pela atividade empresarial. Ele reflete a diferença entre a receita bruta de vendas e os valores pagos por materiais e serviços adquiridos de terceiros, além de depreciação e amortizações. A maior parcela (40,1%) foi transferida ao governo, por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições; 10,2% foram distribuídos aos colaboradores (salários, benefícios e encargos sociais); 20,6% a terceiros (pagamento de juros e aluguéis); e 29,1% a acionistas (dividendos e juros sobre capitais próprios).

## CAPITAL INTELECTUAL

Em 2017, a Rio Paranapanema destinou R\$ 3,9 milhões a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), seguindo a obrigação prevista nos contratos de concessão de aplicar no mínimo 1% da receita operacional líquida nessas iniciativas. Os projetos têm como premissa promover a cultura da inovação e estimular a geração de conhecimento no setor elétrico, a partir da criação de novos equipamentos e do aprimoramento da prestação de serviços.

Como parte do processo de integração da CTG Brasil, foi criada em 2017 uma Política de P&D, que estabeleceu as diretrizes e a governança para a seleção, priorização e aprovação de projetos. Sob esse novo modelo, foram conduzidas três consultas ao mercado para a seleção de projetos destinados à solução de problemas crônicos do setor, como a proliferação de plantas aquáticas e do mexilhão-dourado nos reservatórios de usinas hidrelétricas.

Destaque no ano foi a conquista do primeiro lugar do Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citene!) por uma pesquisa da Rio Paranapanema. O projeto Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant), para o monitoramento remoto de reservatórios de usinas hidrelétricas, foi considerado Melhor Produto em Exposição e Melhor Trabalho Técnico em Pesquisa e Desenvolvimento. A escolha se deu entre mais de 170 produtos e cerca de 350 trabalhos inscritos nesse que é o maior evento de inovação do setor elétrico brasileiro.

Atrair, desenvolver e reter talentos, em um ambiente seguro, saudável e de excelência operacional é um dos grandes propósitos em gestão de pessoas. Nesse sentido, as ações de integração foram o foco em 2017, com o objetivo de quebrar qualquer tipo de barreira entre os colaboradores e disseminar os valores da CTG Brasil. O grande evento de integração ocorreu em agosto, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, que reuniu cerca de 200 pessoas. Palestra do ex-técnico da Seleção Brasileira, Carlos Alberto Parreira, e dinâmicas de grupo reforçaram que o trabalho em equipe, como em grandes times, produz um resultado melhor.

Esceberam também reforço as ações de treinamento e desenvolvimento profissional, especialmente de capacitação de lideranças. Ao longo do ano, foram destinados R\$ 1,3 milhões para desenvolvimento e capacitação, em cursos *online* e presenciais que representaram a média de 57,5 horas por colaborador. O objetivo é mantê-los competitivos no mercado de trabalho, além de agregar resultados diferenciados para a Companhia, pois a qualificação se traduz em motivação e engajamento.

Destaque no ano foi a criação do programa *Energy Experts*, pelo qual colaboradores especialistas em diversas áreas dividem seus conhecimentos sobre temas relevantes de negócio, mercado e setor de energia. Foram realizadas 11 sessões, na sede e nas usinas, com a abordagem de cerca de 20 assuntos.

Outra iniciativa importante que contou com a participação dos diretores e executivos da Companhia foi a primeira edição do *Leadership Development Program* (LDP), Programa de Desenvolvimento da Liderança, destinado a construir e aprimorar um ambiente de alto desempenho, preparando e engajando a liderança. Contou com a participação de 27 profissionais da CTG Brasil (CEO, vice-presidentes e diretores) e incluiu uma edição internacional do treinamento, reunindo 19 líderes de diferentes áreas da China Three Gorges Corporation.

No encerramento de 2017, a Rio Paranapanema empregava 304 colaboradores próprios, 77 contratados de terceiros, 5 estagiários e 7 jovens-aprendizes. A redução de quadro de pessoal próprio após a união das operações com a CTG Brasil foi de 25 pessoas (7,6%) comparativamente ao final do ano anterior.

### Segurança

Em linha com o que já era praticado e vivenciado pela Companhia sob o antigo controlador, o tema segurança foi incorporado em 2017 como um valor da CTG Brasil, refletindo a sua relevância para a organização como um todo e reforçando esse atributo já presente para a Companhia. Além de monitorados com mais rigor pela área de saúde e segurança, esse aspecto é acompanhado periodicamente pela Diretoria-Executiva. No ano, foi publicada a Política de Saúde e Segurança no Trabalho e constituído um Comitê Corporativo de Segurança.

Não foram registrados óbitos nem acidentes graves envolvendo colaboradores e terceiros durante o ano de 2017. A Taxa de Frequência consolidada encerrou o ano em 7,17 e a Taxa de Gravidade, em 25,81.

## CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

O engajamento com as comunidades é um dos pilares da Estratégia de Sustentabilidade da CTG Brasil, pelo entendimento de que fortalecer e transformar as localidades próximas às operações é essencial para o desempenho dos negócios. A Companhia passou a seguir em 2017 duas políticas da CTG Brasil que abrangem o relacionamento com as comunidades: Sustentabilidade e Voluntariado, que visam, entre seus objetivos, estimular o diálogo e relacionamento com *stakeholders* e atender às suas demandas e interesses plausíveis e legítimos, assim como participar da vida e do desenvolvimento das comunidades.

No ano, a Rio Paranapanema destinou R\$ 7,1 milhões como investimento social externo, sendo R\$ 5,0 milhões com recursos de leis de incentivo fiscal (como Rouanet, Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais de Idosos). As iniciativas beneficiaram mais de 148 mil pessoas, sendo cerca de 125 mil diretamente.

Entre os destaques está o apoio a projetos culturais itinerantes, que percorrem os municípios da área de atuação da Companhia ao longo do Rio Paranapanema. Apresentações teatrais, de filmes e contação de histórias tiveram como temas comuns a conscientização ambiental e a educação para o consumo consciente. Foram apresentadas as seguintes peças: *Um Reino sem Dengue*; *Por um Futuro Sustentável*; *O Reino da Água*; *Contação de Histórias*; *Amor, mar e fúria*; *Entendendo as mudanças climáticas*; e *Estradafora*.

Na linha de educação, foi mantido o apoio ao Projeto Guri, que promove aulas de diversos instrumentos musicais e beneficia áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica. No ano, 961 crianças e jovens participaram dessa iniciativa na região do Paranapanema.

A Companhia ainda patrocinou o documentário *Rastreamo o Rio Paranapanema*, que percorreu e registrou ações e relatos de membros das comunidades ao longo de 987 quilômetros do rio; e a série *Na Trilha da Energia*, que apresenta como a eletricidade chega à casa dos consumidores desde que ela é gerada, passando também pelas etapas de transmissão e distribuição.

## CAPITAL MANUFATURADO

Os investimentos em 2017 totalizaram R\$ 81 milhões (R\$ 62 milhões em 2016), com ênfase em modernização (71,5% do total de recursos aplicados) e manutenção (18,5%).

O principal projeto foi a continuidade das obras de repotenciação das unidades geradoras 1, 2 e 4 da usina hidrelétrica Capivara, que vai elevar a garantia física da usina em mais 8,1 MW até o início de 2019, com a conclusão da fase 2 desse projeto.

### Gestão Patrimonial

Para assegurar a correta identificação e o registro de imóveis que fazem parte da concessão, assim como conter a utilização indevida de margens de reservatórios, foram realizadas 1.078 inspeções em 2017, abrangendo 5 mil quilômetros de bordas. O acréscimo superior a 190% sobre 2016 decorre da utilização de equipamentos de posicionamento em tempo real, com precisão submétrica (entre 20 e 30 centímetros). E foi finalizada a implantação do Sistema de Gestão Territorial (SGT), que integra o Plano Diretor de Geoprocessamento e visa garantir um melhor gerenciamento dos ativos imobiliários.

Atividades de proteção contra incêndios foram executadas em 159 hectares, com a manutenção de aceiros, além da reposição e manutenção de 47 quilômetros de cercas para proteger 10,4 mil hectares em áreas de conservação ambiental. No ano, não houve registro de incêndio ou furto de cercas nessas áreas.

Houve reforço à Campanha Espaço Legal, destinada a conscientizar a população no entorno dos reservatórios sobre a necessidade de autorização prévia de órgãos ambientais e reguladores para seus diversos usos e ocupações, com atualização e distribuição dos materiais.

Ocorreram ainda 68 reuniões, palestras, trabalhos de campo ou intercâmbio de informações com órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental sobre o tema. Destacaram-se quatro audiências públicas para a apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório (Pacuera) da UHE Capivara, realizadas em Ipeê e Florínea (SP) e Primeiro de Maio e Leopólis (PR).

## CAPITAL NATURAL

O respeito pelo meio ambiente é essencial para a CTG Brasil cumprir sua missão de prover energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta. Nesse sentido, assumiu o compromisso com o uso sustentável dos recursos, a prevenção da poluição, a proteção da biodiversidade e restauração de habitats naturais e a adaptação às mudanças climáticas como parte de seu processo decisório.

As iniciativas de gestão ambiental desenvolvidas ao longo do ano atenderam aos programas vinculados às licenças ambientais e aos processos de compensação e preservação. Entre elas, estão: repovoamento anual de peixes dos reservatórios; monitoramentos de biodiversidade (flora, fauna e ictiofauna), de qualidade da água dos reservatórios, arqueológico e do assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios, entre outras.

No ano de 2017, foram lançados 1,5 milha de alevinos de espécies nativas nos rio Paranapanema e 185 mil rios Sapucaí. Essa iniciativa integra um programa de educação ambiental com mobilização de estudantes de escolas das regiões, que participam de palestras sobre a conservação dos rios e de suas margens e acompanham a soltura dos alevinos.

Em 2017, foram implantados 33,67 hectares de reflorestamento em áreas de terceiros localizadas na Bacia Hidrográfica do Sapucaí, e realizadas atividades de manutenção em 285 hectares de reflorestamento de áreas implantadas em anos anteriores, assim como de 20 hectares na usina hidrelétrica Jurumirim.

Além de projetos de reflorestamento em áreas de terceiros, há doações de mudas a proprietários rurais que tenham área localizada no entorno dos reservatórios. Em 2017, o Programa de Promoção Florestal doou 113.881 mudas florestais nativas em 28 municípios.

A Rio Paranapanema tem desenvolvido iniciativas de gestão das mudanças climáticas, que incluem um inventário de emissões de gases efeito estufa. Com base no acompanhamento dos níveis dos reservatórios e, em situações consideradas de risco, a empresa utiliza o Plano de Respostas de Operação em Situação de Emergências (SOSem), o qual define as responsabilidades e os procedimentos estratégicos e táticos a serem executados no caso de cheias dos rios.

★ continuação											BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)										
ATIVO		Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	Controladora		Consolidado									
			2017	2016	2017	2016				2017	2016	2017	2016								
<b>Circulante</b>																					
Caixa e equivalentes de caixa	6	899.463	798.120	976.841	852.563	Fornecedores	13	659.902	343.844	676.915	347.623										
Clientes	7	146.912	133.371	149.874	135.892	Salários e encargos sociais		13.275	19.006	13.529	19.282										
Tributos a recuperar	8	14.270	9.999	16.460	11.276	Empréstimos	17	—	230.228	—	230.228										
Serviços em curso		10.054	13.092	10.054	13.092	Debêntures	16	360.173	285.383	360.173	285.383										
Despesas antecipadas		7.075	346	7.173	346	Tributos a recolher	8	309.392	175.816	310.254	176.756										
Devedores diversos		1.552	1.458	1.927	1.815	Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	189.012	228.692	189.012	228.692										
Partes relacionadas	15.1	700	151	700	151	Obrigações estimadas		7.242	7.948	7.408	8.105										
Outros ativos		115	115	115	115	Cibacap	18	890	890	890	890										
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.080.141</b>	<b>956.652</b>	<b>1.163.144</b>	<b>1.015.250</b>	Encargos setoriais	22	24.604	27.815	24.611	27.822										
<b>Não circulante</b>																					
Tributos a recuperar	8	960	960	2.286	2.220	Receitas diferidas		5.565	8.739	5.694	8.739										
Tributos diferidos	8	114.677	—	114.677	—	Outros passivos		480	252	3.329	266										
Depósitos judiciais	9	51.019	47.612	51.019	47.612	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.570.535</b>	<b>1.328.613</b>	<b>1.591.815</b>	<b>1.333.786</b>										
Fundos vinculados		324	123	324	123	<b>Não circulante</b>															
Despesas antecipadas		2.814	3.075	2.814	3.075	Debêntures	16	1.127.521	1.012.140	1.127.521	1.012.140										
Investimentos		235.397	215.242	2	26	Receitas diferidas		19.831	4.544	20.323	5.303										
Controladas	10	235.395	215.216	—	—	Obrigações especiais	21	1.385	1.758	1.385	1.758										
Outros		2	26	2	26	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	33.606	32.701	34.092	33.081										
Imobilizado	11	2.970.417	3.129.346	3.140.463	3.290.784	Cibacap	18	9.881	9.936	9.881	9.936										
Intangível	12	31.687	28.801	34.965	29.033	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	—	191.797	—	191.797										
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.407.295</b>	<b>3.425.159</b>	<b>3.346.550</b>	<b>3.372.873</b>	Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	17.568	13.960	17.568	13.960										
						Encargos setoriais	22	7.713	8.647	7.713	8.647										
						Outras obrigações regulatórias (RGR – 1970)		4.947	4.947	4.947	4.947										
						Outros passivos		780	780	780	780										
						<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.223.232</b>	<b>1.281.210</b>	<b>1.224.210</b>	<b>1.282.349</b>										
						<b>Total do passivo</b>		<b>2.793.767</b>	<b>2.609.823</b>	<b>2.816.025</b>	<b>2.616.135</b>										
						<b>Patrimônio líquido</b>															
						Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138										
						Reservas de capital	23.2	116.804	116.804	116.804	116.804										
						Reserva de lucros	23.3	157.022	155.753	157.022	155.753										
						Ajustes de avaliação patrimonial	23.6	713.150	792.738	713.150	792.738										
						Outros resultados abrangentes	23.7	(132.445)	(132.445)	(132.445)	(132.445)										
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.693.669</b>	<b>1.771.988</b>	<b>1.693.669</b>	<b>1.771.988</b>										
<b>Total do ativo</b>		<b>4.487.436</b>	<b>4.381.811</b>	<b>4.509.694</b>	<b>4.388.123</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.487.436</b>	<b>4.381.811</b>	<b>4.509.694</b>	<b>4.388.123</b>										

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>155.753</b>	<b>—</b>	<b>792.738</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.771.988</b>
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	243.881	—	—	243.881
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.923	1.923
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	—	—	—	—	—	(654)	(654)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	—	—	1.269	—	—	(1.269)	—
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos – CPC 33 (R1)	—	—	<b>1.269</b>	<b>243.881</b>	—	—	<b>245.150</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	(120.000)	—	—	(120.000)
Dividendos intermediários (R\$ 1,270738 por ação PN e R\$ 1,270738 por ação ON)	—	—	—	(122.649)	—	—	(122.649)
Dividendos propostos (R\$ 1,839492 por ação PN e R\$ 1,591492 por ação ON)	—	—	—	(74.000)	—	—	(74.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,783622 por ação)	—	—	—	—	(6.820)	—	(6.820)
Ajuste de depreciação de exercícios anteriores	—	—	—	110.254	(110.254)	—	—
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(37.486)	37.486	—	—
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	<b>(243.881)</b>	<b>(79.588)</b>	—	<b>(323.469)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>157.022</b>	<b>—</b>	<b>713.150</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.693.669</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Reservas</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>839.138</b>	<b>105.468</b>	<b>137.134</b>	<b>—</b>	<b>864.588</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.813.883</b>
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	361.040	—	—	361.040
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	859	859
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	—	—	—	—	—	(292)	(292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	—	—	567	—	—	(567)	—
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos – CPC 33 (R1)	—	—	<b>567</b>	<b>361.040</b>	—	—	<b>361.607</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas	—	—	—	—	—	—	—
Redução de capital	—	—	—	(18.052)	—	—	(18.052)
Reserva legal	—	—	18.052	(18.052)	—	—	—
Dividendos intermediários (R\$ 1,887422 por ação PN e R\$ 1,887422 por ação ON)	—	—	—	(178.235)	—	—	(178.235)
Dividendos propostos (R\$ 1,839499 por ação PN e R\$ 1,839499 por ação ON)	—	—	—	(173.710)	—	—	(173.710)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,666000 por ação)	—	—	—	(62.893)	—	—	(62.893)
Pagamento baseado em ações	—	37	—	—	—	—	37
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	108.864	(108.864)	—	—
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(37.014)	37.014	—	—
	—	<b>37</b>	<b>18.052</b>	<b>(361.040)</b>	<b>(71.850)</b>	—	<b>(414.801)</b>
Reserva de capital relativo ao reembolso do Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Brasil) para a Controladora referente ao pagamento da arbitragem da controlada	—	11.299	—	—	—	—	11.299
	—	<b>11.299</b>	—	—	—	—	<b>11.299</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>155.753</b>	<b>—</b>	<b>792.738</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.771.988</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	315.550	494.753	318.689	497.805
<b>Ajustes em:</b>				
Depreciação e amortização	213.646	215.650	224.204	224.978
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	22.321	7.408	22.333	7.417
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	—	—	(16.878)	(17.826)
(Reversão)/constituição de provisão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.681)	2.592	(2.681)	2.520
Juros sobre empréstimo CCB	10.426	31.103	10.426	31.103
Juros sobre debêntures	103.083	124.510	103.083	124.510
Amortização de custos de transação sobre debêntures	2.047	1.350	2.047	1.350
Variação monetária sobre debêntures	19.428	38.050	19.428	38.050
(Reversão)/constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(63)	4.884	5	5.129
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.090	2.535	2.125	2.658
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(3.679)	(4.923)	(3.676)	(4.927)
Atualização financeira por processo arbitral	—	—	—	871
Equivalência patrimonial	(20.178)	(28.268)	—	—
Pagamento baseado em ações	—	37	—	37
<b>Variações nos ativos</b>	<b>346.440</b>	<b>394.928</b>	<b>360.416</b>	<b>415.870</b>
Clientes	(10.860)	28.797	(11.301)	31.786
Devedores diversos	(94)	47	(112)	53
Partes relacionadas	(549)	83	(549)	83
Serviços em curso	(3.895)	(5.909)	(3.895)	(5.909)
Fundos vinculados	(201)	(72)	(201)	(72)
Despesas antecipadas	(6.468)	262	(6.566)	262
Outras variações ativas	23	14	24	14
	<b>(22.044)</b>	<b>23.222</b>	<b>(22.600)</b>	<b>26.217</b>
<b>Variações nos passivos</b>				
Fornecedores	319.666	176.041	332.900	176.062
Salários e encargos sociais	(5.731)	6.493	(5.753)	6.576
Impostos, taxas e contribuições	(23.730)	(20.789)	(24.741)	(21.894)
Obrigações estimadas	(706)	572	(697)	570
Receita diferida	12.113	(14.256)	11.975	(13.873)
Cibacap	(55)	691	(55)	691
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(850)	(644)	(850)	(861)
Outras variações passivas	(5.394)	5.899	(2.559)	5.811
	<b>295.313</b>	<b>154.007</b>	<b>310.200</b>	<b>153.082</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>935.259</b>	<b>1.066.910</b>	<b>966.725</b>	<b>1.092.974</b>
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(112.663)	(126.161)	(112.663)	(126.161)
Juros pagos sobre empréstimo CCB	(59.654)	—	(59.654)	—
Imposto de renda e contribuição social pagos	(232.901)	(177.332)	(236.086)	(179.579)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota 14)	—	—	—	(15.952)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>530.041</b>	<b>763.417</b>	<b>558.322</b>	<b>771.282</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimentos</b>				
Reserva de capital referente ao reembolso da Controladora para a Companhia pelo pagamento da arbitragem da Controlada	—	17.119	—	17.119
Recebimento na venda de imobilizado	598	297	598	297
Adições no ativo imobilizado	(74.366)	(60.740)	(75.476)	(61.268)
Adições no ativo intangível	(6.529)	(486)	(10.765)	(485)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(80.297)</b>	<b>(43.810)</b>	<b>(85.643)</b>	<b>(44.337)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>				
Valor recebido pela emissão de debêntures	420.000	160.000	420.000	160.000
Custo de transação pela emissão de debêntures	(3.740)	(1.559)	(3.740)	(1.559)
Pagamento de debêntures	(237.984)	(158.325)	(237.984)	(158.325)
Pagamento de empréstimo	(181.000)	—	(181.000)	—
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(345.677)	(338.567)	(345.677)	(338.567)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(348.401)</b>	<b>(338.451)</b>	<b>(348.401)</b>	<b>(338.451)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>101.343</b>	<b>381.156</b>	<b>124.278</b>	<b>388.494</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>798.120</b>	<b>416.964</b>	<b>852.563</b>	<b>464.069</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>899.463</b>	<b>798.120</b>	<b>976.841</b>	<b>852.563</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	24	1.420.549	1.302.167	1.453.347	1.333.311
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(52.485)	(49.129)	(54.662)	(51.361)
Material		(4.207)	(3.336)	(4.732)	(3.786)
Serviços de terceiros		(24.370)	(33.269)	(29.422)	(38.169)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(5.531)	(5.582)	(5.614)	(5.666)
Energia comprada para revenda	25.2	(464.463)	(85.424)	(476.418)	(87.717)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(118.844)	(109.743)	(119.328)	(110.211)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(66.155)	(88.371)	(66.155)	(88.371)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(211.488)	(213.882)	(222.008)	(223.181)
Constituição/(reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		161	(896)	116	(1.025)
Aluguéis		(4)	(112)	(15)	(113)
Seguros		(11.192)	(9.784)	(11.460)	(10.083)
Outras		(1.013)	(1.070)	(1.064)	(1.183)
		(959.591)	(600.598)	(990.762)	(620.866)
Resultado bruto (Despesas)/receitas operacionais		460.958	701.569	462.585	712.445
Pessoal		(41.011)	(41.002)	(41.018)	(41.002)
Material		(543)	(150)	(577)	(160)
Serviços de terceiros		(15.781)	(14.549)	(16.305)	(16.269)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(2.158)	(1.768)	(2.196)	(1.797)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(98)	(4.015)	(121)	(4.139)
Reversão/(constituição) de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.2	2.681	(2.592)	2.681	(2.520)
Aluguéis		(4.457)	(3.539)	(4.747)	(3.772)
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	11.7	—	—	16.878	17.826
Outras		(21.048)	(15.214)	(21.227)	(15.382)
		(82.415)	(82.829)	(66.632)	(67.215)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	20.178	28.268	—	—
Lucro operacional		398.721	647.008	395.953	645.230
Resultado financeiro	26				
Receitas		84.971	81.252	91.195	87.208
Despesas		(168.142)	(233.507)	(168.459)	(234.633)
		(83.171)	(152.255)	(77.264)	(147.425)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		315.550	494.753	318.689	497.805
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		(375.284)	(220.590)	(378.423)	(223.642)
Diferido		303.615	86.877	303.615	86.877
		(71.669)	(133.713)	(74.808)	(136.765)
Lucro líquido do exercício		243.881	361.040	243.881	361.040
		243.881	361.040	243.881	361.040
Lucro por ação de operação continuada (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	28	2,58257	3,82322	2,58257	3,82322
Lucro básico e diluído por ação ON	28	2,58257	3,82322	2,58257	3,82322
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016					
(Em milhares de reais)					
		Controladora e Consolidado			
		2017	2016		
Lucro Líquido do Exercício		243.881	361.040		
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido				1.923	859
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais				(654)	(292)
		1.269	567		
Resultado Abrangente do Exercício		245.150	361.607		

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capiwara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionada na nota 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda. ("Controlada" ou "Sapucaí Mirim").

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 490.394 na Controlada e R\$ 428.671 no Consolidado, principalmente em virtude de:

- Transferência para o passivo circulante do saldo da 6ª emissão de debêntures, com liquidação marcada para setembro de 2018;
- Provisionamento de dividendos e o registro de juros sobre o capital próprio a pagar;
- Aumento na provisão de tributos a recolher.

A administração analisou toda informação disponível de seus fluxos de caixa e concluiu que contará recursos suficientes para lidar com o capital circulante líquido negativo.

### 1.2. Reorganização societária

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações publicadas pelos órgãos reguladores, representados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Aneel, foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (DEIBH) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (CTG Lux).

O contrato de compra e venda representou a aquisição direta, pela CTG Lux, de todas as 735.023 ações preferenciais de emissão da então Duke Energy International Geração Parapananema S.A., atualmente denominada Rio Parapananema Energia S.A. ("Companhia") detidas pela DEIBH (controladora indireta da Companhia) e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brasil Ltda. (atualmente denominada Rio Parapananema Participações S.A.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia e sua subsidiária. O *Enterprise Value* do fechamento da operação realizada entre o Grupo Duke Energy e a CTG foi de US\$ 1,2 bilhão.

### 1.3. Leilão de oferta pública de ações

De acordo com o fato relevante publicado dia 28 de julho de 2017, e em virtude da transação descrita na Nota 1.2, foi realizado com sucesso o leilão da oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação da Companhia realizada pela China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. ("Ofertante").

Como resultado do Leilão, a Ofertante adquiriu na data de liquidação financeira da Oferta, ocorrida em 28 de julho de 2017, 1.070.700 (um milhão, setenta mil e setecentas) ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas 1,13% do capital social total da Companhia. As ações foram adquiridas ao preço unitário de R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais).

Assim, a ofertante, na qualidade de controladora indireta da Companhia, passou a deter indiretamente após a liquidação financeira da Oferta, 99,06% das ações ordinárias, 93,17% das ações preferenciais e 96,19% do capital social total da Companhia. Foi transferida via Aumento de Capital a totalidade das Ações Objeto da Oferta para a Rio Parapananema Participações S.A., pelo mesmo preço oferecido no âmbito da Oferta, ou seja, R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais). (vide Nota 23.1)

### 1.4. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ocorrida nos últimos anos, que causou a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015 e 2017, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação com pedido de liminar para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos, a saber: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e, redução da carga das distribuidoras.

Em 02 de julho de 2015, foi concedida liminar em favor da Apine, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. Essa liminar foi agravada, mas ainda não há provimento sobre este agravo e a liminar ficou estabilizada desde então. A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes a liminar do GSF na rubrica "Fornecedores" (vide nota 13). Em 7 de fevereiro, a juíza da 20ª Vara Federal do DF, onde tramita a ação da Apine, proferiu sentença de mérito indeferindo os pedidos da Apine e cassando os efeitos da liminar concedida. A Apine opôs embargos de declaração alegando obscuridade da decisão, na medida em que o juízo não teria modulado os efeitos da sentença. Nesse sentido, a Apine requereu que as substituídas da Apine na ação passassem a sofrer os efeitos da mesma a partir da prolação da sentença, mantendo os valores pretéritos escriturados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) até o trânsito em julgado final da ação. A Aneel, por sua vez, também opôs embargos de declaração alegando que os geradores já teriam o dinheiro provisionado, argumento este não acolhido pela juíza. Desta forma, em 6 de março de 2018, a juíza da 20ª Vara Federal do Distrito Federal (DF) julgou os embargos de declaração opostos pela Apine procedentes, mantendo a modulação dos efeitos da sentença em favor da Apine. De toda a forma, o resultado da ação ainda é incerto, pois ainda cabem recursos de apelação aos tribunais superiores, portanto não é possível prever o desfecho nas operações futuras da Companhia e sua Controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem à repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Com essas premissas e após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

A Resolução Normativa Anel nº 764/2017, resultado da Audiência Pública nº 45/2016 promovida pelo regulador, definiu as regras para ressarcimento parcial, dado aos participantes do MRE, do custo da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM) constantes da Lei 13.203/2015 e importação sem garantia física, alteradas pela Lei 13.360/2016. No entanto, o ressarcimento efetivo de que trata tal normativa ainda depende da aprovação das regras de comercialização para contabilização destes valores pela CCEE, em benefício da Companhia. Espera-se que este regramento seja incorporado ao conjunto de regras de comercialização no início de 2018 com efeito retroativo a abril de 2017.

Está em discussão no âmbito da Audiência Pública da Aneel nº 083/2017: (i) os critérios de elegibilidade para a geração termelétrica despachada por razões de restrições elétricas, a ser considerada no deslocamento de geração hidrelétrica; (ii) tratamento para as inflexibilidades termelétricas declaradas na programação diária e em tempo real; e (iii) tratamento da importação de energia sem garantia física.

Essa audiência publica encerrou em 20 de fevereiro de 2018 e encontra-se em fase de análise das contribuições enviadas à Aneel.

### 1.5. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE

Em 04 de novembro de 2015, a Abraceel (Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica) impetrou mandado de segurança em face da Aneel e da CCEE, visando desonerar suas associadas da imputação de ônus provenientes de quaisquer decisões e ações judiciais de que não façam parte.

No dia 06 de novembro de 2015, foi proferida liminar em favor dos associados da Abraceel, dentre os quais a Companhia. Durante a vigência da liminar, os créditos apurados em liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) na CCEE (depois de expurgados os efeitos dos agentes que possuíam liminar que tratava do Fator GSF e de proteção de terceiros) eram pagos aos agentes abrangidos pelos efeitos da liminar obtida pela Abraceel.

Em 04 de setembro de 2017, foi suspensa a liminar deferida em favor da Abraceel para desonerar os créditos e débitos de seus associados dos efeitos de liminares proferidas em processos de terceiros. Várias estratégias judiciais foram utilizadas para restabelecer os efeitos anteriores, todas sem sucesso até o presente momento.

### 1.6. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018.

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018, resultado da revisão ordinária de garantia física de energia. Desta forma, a partir desta data, haverá uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Parapananema Energia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017 (vide nota 33.4).

Em 2 de agosto de 2017 foi publicado o despacho Aneel nº 1.943/2017 que homologou os novos parâmetros referentes à repotenciação da UG-04 da UHE Capiwara, finalizado em maio/2017, resultando em um aumento de 3,3 MWh da Garantia Física (vide nota 2.13.1.1).

### 1.7. Marco legal do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro", cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico para meio de documento consolidado e detalhado intitulado "Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo".

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as "Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo", através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos. O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

### 1.8. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2018.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

#### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela Aneel, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado.

Além disso, para fins de preparação de demonstrações financeiras, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua Controlada no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

### 2.3. Consolidação

#### Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas consolidando as demonstrações da empresa controlada (nota 10).

#### a) Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as adotadas pela Companhia.

A posição da controlada em 31 de dezembro de 2017 está descrita na nota 10.

### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

### 2.5. Instrumentos financeiros

#### 2.5.1. Classificação

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- mensurados ao valor justo através do resultado;
- empréstimos e recebíveis.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia e sua Controlada possui o seguinte instrumento financeiro:

- Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações (vide nota 29).

A Companhia e sua Controlada não operam com derivativos e também não aplicam a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

### 2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e sua Controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua Controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

### 2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.5.4. Impairment de ativos financeiros

#### Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia e sua Controlada avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são contabilizados somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua Controlada utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua Controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota 2.8.

### 2.6. Passivos financeiros

#### 2.6.1. Classificação

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Para maiores detalhes dos passivos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações (vide nota 29).

### 2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

### 2.8. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa – Impairment

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua Controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

### 2.9. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica ("outros ativos") no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

### 2.10. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

### 2.11. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel.

### 2.12. Ativos intangíveis

#### 2.12.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua Controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

### 2.12.2. Utilização de bem público (UBP)

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

### 2.13. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua Controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	14	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	17	42
Máquinas e equipamentos	13	28
Veículos	4	2
Móveis e utensílios	5	12

A Administração da Companhia e sua Controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua Controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

### 2.13.1. Contratos de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBPs para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capiwara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBPs, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWh são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

2.13.1.1 Garantia física

No período de 2015 a 2017, houve um acréscimo total de 28,2 MWh na garantia física da Companhia, considerando-se as repotenciações, modernizações e correções de parâmetros técnicos ocorridas neste período, conforme tabela abaixo:

Histórico de Revisão Extraordinária de Garantia Física das Usinas da Rio Paranapanema Energia S.A – Período 2015–2017 (Portaria MME nº 861/2010)				
Regulamento	Data da publicação	Acréscimo de Garantia Física (MWh)	Garantia Física total da Companhia (MWh)	Observação
				Repotenciação da UG–3 da UHE Capivara (7,5 MWh)
Portaria MME 156/2015	14/05/2015	19,2	1.104,8	Correção de parâmetros técnicos da UHE Taquaruçu (5,0 MWh)
				Correção de parâmetros técnicos da UHE Rosana (6,7 MWh)
Despacho Aneel 2.436/2015	29/07/2015	4,1	1.108,9	Modernização da UG–01 da UHE Chavantes
Despacho Aneel 848/2016	07/04/2016	1,1	1.110,0	Modernização da UG–03 da UHE Chavantes
Despacho Aneel 3.266/2016	16/12/2016	0,5	1.110,5	Modernização da UG–02 da UHE Chavantes
Despacho Aneel 1.943/2017	02/08/2017	3,3	1.113,8	Repotenciação da UG–04 da UHE Capivara
Acréscimo total de garantia física da Companhia		28,2	1.113,8	

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.110,5 MWh em 31/12/2016 para 1.113,8 MWh em 31/12/2017, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

Controladora							
Contrato de Concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	
76/1999	Jurumirim	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999
76/1999	Chavantes	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/1999
76/1999	Salto Grande	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999
76/1999	Capivara	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	340,8	22/09/1999
76/1999	Taquaruçu	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999
76/1999	Rosana	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999
183/1998	Canoas I	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998
183/1998	Canoas II	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998
					2.241,3	1.113,8	

2.13.2. Resoluções autorizativas

Controlador

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda.

Em 2015, ocorreu a transferência pela Rio Paranapanema Participações S.A. do controle societário da Controlada para a Companhia.

Controlada							
Resolução de Autorização Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	
549/2002	Retiro	PCH – Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002
706/2002	Palmeiras	PCH – Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002
					32,5	16,2	

2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Os detalhes das análises de *impairment* da Controladora e Controlada estão evidenciados na nota 11.8.

2.15. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.16. Debêntures e empréstimos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia e sua Controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e sua Controlada liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.19. Benefícios a empregados

2.19.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido (vide nota 19) e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuarias independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

A Companhia poderia reconhecer um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras.

No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmento. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

2.19.2. Participação nos lucros

A Companhia e sua Controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

2.20. Capital Social

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As demais características das ações preferenciais estão descritas na nota 23.1.

2.21. Reconhecimento da receita

2.21.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua Controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua Controlada reconhecem a receita quando:

i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;

iii. quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua Controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua Controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, de leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da Controlada de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e sua Controlada, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.21.2. Receita diferida

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de curto e longo prazo de venda de energia contendo, cláusula de atualização monetária por índices de preços, além de previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 – Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua Controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

A atual provisão dos ativos será realizada até 2022 para a Controladora e 2019 para a controlada.

2.21.3. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.22. Distribuição de Dividendos e Juros sobre capital próprio (JSCP)

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e sua Controlada elaboraram Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua Controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos

O método de contabilização do passivo diferido do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

3.1.2. Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada por esses avaliadores que leva em consideração:

i. os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores);

ii. respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada.

A Companhia fez sua avaliação e concluiu que não existem indicativos para alteração nas estimativas e premissas e que não há evidências de perdas de recuperabilidade dos ativos.

3.1.3. Impairment

A Companhia e sua Controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

3.1.4. Passivos Contingentes

A Companhia e sua Controlada, através dos consultores jurídicos externos, avaliam trimestralmente as provisões de passivos contingentes, classificando-as quanto ao risco de possibilidade de perda das ações em discussão.

3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia e sua Controlada não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela forma	Impactos relevantes da adoção
IFRS 9/ CPC 48	01/01/2018	i. <i>Impairment</i> para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; ii. Novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; iii. Torna os requisitos para a contabilidade de hedge ( <i>hedge accounting</i> ) menos rigorosos.	O impacto relevante que será observado em função desse normativo será a respeito da estimativa de perdas de crédito. Diante da avaliação e reconhecimento que passa ser tratada de maneira prospectiva. Em razão das cláusulas de proteção presentes nos contratos o impacto será imaterial.
IFRS 15/ CPC 47	01/01/2018	i. Aprovação de contrato entre as partes; ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial; iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato firmado; iv. Alocação do preço à transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 15.
IFRS 16	01/01/2019	<i>Leasing</i>	A administração avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os pontos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do IFRS 16.

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e sua Controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco hidrológico, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Companhia e Controlada se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e da sua Controlada.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e sua Controlada, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia e sua Controlada contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1 Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS.

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação energia (*Hedge*), a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia e sua Controlada.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com máximo de *rating* disponível no mercado.

As classificações de qualidade dos ativos financeiros da Companhia foram impactados pela redução do grau de investimento do Brasil, decorrente da nova avaliação das principais agências de *ratings* de riscos financeiros.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota 25.1).

4.1.3. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota 16.4).

4.1.4. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua Controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e no Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Divida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4º S1	CDI + 0,65% a.a.	(86.573)	(4.860)	(7.009)	(9.159)	(11.309)	(13.458)
	4º S2	IPCA + 6,07% a.a.	(338.317)	(25.521)	(28.014)	(30.507)	(33.000)	(35.493)
	5º S1	CDI + 0,89% a.a.	(160.203)	(9.380)	(13.357)	(17.334)	(21.311)	(25.288)
	5º S2	IPCA + 7,01% a.a.	(311.314)	(26.411)	(28.705)	(30.999)	(33.293)	(35.587)
	6º	CDI + 2,00% a.a.	(164.032)	(11.425)	(15.497)	(19.569)	(23.641)	(27.713)
	7º S1	CDI + 0,40% a.a.	(223.449)	(11.987)	(17.535)	(23.082)	(28.629)	(34.177)
	7º S2	IPCA + 5,90% a.a.	(203.806)	(15.029)	(16.531)	(18.032)	(19.533)	(21.035)
			<b>(1.487.694)</b>	<b>(104.613)</b>	<b>(126.648)</b>	<b>(148.682)</b>	<b>(170.716)</b>	<b>(192.751)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	CDI		899.463	44.659	66.988	89.317	111.646	133.975
Total da exposição líquida			<b>(588.231)</b>	<b>(59.954)</b>	<b>(59.660)</b>	<b>(59.365)</b>	<b>(59.070)</b>	<b>(58.776)</b>

Divida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4º S1	CDI + 0,65% a.a.	(86.573)	(4.860)	(7.009)	(9.159)	(11.309)	(13.458)
	4º S2	IPCA + 6,07% a.a.	(338.317)	(25.521)	(28.014)	(30.507)	(33.000)	(35.493)
	5º S1	CDI + 0,89% a.a.	(160.203)	(9.380)	(13.357)	(17.334)	(21.311)	(25.288)
	5º S2	IPCA + 7,01% a.a.	(311.314)	(26.411)	(28.705)	(30.999)	(33.293)	(35.587)
	6º	CDI + 2,00% a.a.	(164.032)	(11.425)	(15.497)	(19.569)	(23.641)	(27.713)
	7º S1	CDI + 0,40% a.a.	(223.449)	(11.987)	(17.535)	(23.082)	(28.629)	(34.177)
	7º S2	IPCA + 5,90% a.a.	(203.806)	(15.029)	(16.531)	(18.032)	(19.533)	(21.035)
			<b>(1.487.694)</b>	<b>(104.613)</b>	<b>(126.648)</b>	<b>(148.682)</b>	<b>(170.716)</b>	<b>(192.751)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	CDI		976.841	48.501	72.750	97.000	121.250	145.499
Total da exposição líquida			<b>(510.853)</b>	<b>(56.112)</b>	<b>(53.898)</b>	<b>(51.682)</b>	<b>(49.466)</b>	<b>(47.252)</b>

Varição dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,47%	2,21%	2,95%	3,68%	4,42%
CDI	4,97%	7,45%	9,93%	12,41%	14,90%

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos (vide nota nº 17)	–	230.228	–	230.228
Debêntures (vide nota nº 16)	1.487.694	1.297.523	1.487.694	1.297.523
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota nº 6)	<u>(899.463)</u>	<u>(798.120)</u>	<u>(976.841)</u>	<u>(852.563)</u>
<b>Dívida líquida</b>	<b>588.231</b>	<b>729.631</b>	<b>510.853</b>	<b>675.188</b>
Patrimônio líquido	1.693.669	1.771.988	1.693.669	1.771.988
<b>Total do capital</b>	<b>2.281.900</b>	<b>2.501.619</b>	<b>2.204.522</b>	<b>2.447.176</b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)*</b>	<b>25,8</b>	<b>29,2</b>	<b>23,2</b>	<b>27,6</b>

\*Dívida líquida/total do capital.

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou devolver capital aos acionistas.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controlada é o preço de concorrência atual.

4.4. Outros riscos

4.4.1. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua Controlada.

4.4.2. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e sua Controlada estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e sua Controlada operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia e sua Controlada. Os processos ambientais estão descritos na nota 20.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide nota 6):

Caixa e equivalentes de caixa					
Standard & Poor's	Moody's	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
B	BR-1	872.724	639.367	938.151	685.078
B	–	26.736	158.750	38.687	167.482
*	*	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
		<b>899.463</b>	<b>798.120</b>	<b>976.841</b>	<b>852.563</b>

\* O saldo de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	1.578	410	1.597	1.015
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário (CDB)	897.782	797.616	974.962	851.289
Fundo renda fixa	<u>103</u>	<u>94</u>	<u>282</u>	<u>259</u>
	<b>899.463</b>	<b>798.120</b>	<b>976.841</b>	<b>852.563</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota 26).

7. CLIENTES

7.1. Composição do saldo

	Controladora					
	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	114.686	196	114.882	118.376	285	118.661
Contratos de leilão	3.063	–	3.063	4.381	–	4.381
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	<u>29.163</u>	<u>–</u>	<u>29.163</u>	<u>13.206</u>	<u>–</u>	<u>13.206</u>
	<b>146.912</b>	<b>196</b>	<b>147.108</b>	<b>135.963</b>	<b>285</b>	<b>136.248</b>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	<u>–</u>	<u>(196)</u>	<u>(196)</u>	<u>(2.592)</u>	<u>(285)</u>	<u>(2.877)</u>
	<b>146.912</b>	<b>–</b>	<b>146.912</b>	<b>133.371</b>	<b>–</b>	<b>133.371</b>

	Consolidado					
	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	117.648	324	117.972	120.891	413	121.304
Contratos de leilão	3.063	–	3.063	4.381	–	4.381
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	<u>29.163</u>	<u>–</u>	<u>29.163</u>	<u>13.212</u>	<u>–</u>	<u>13.212</u>
	<b>149.874</b>	<b>324</b>	<b>150.198</b>	<b>138.484</b>	<b>413</b>	<b>138.897</b>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	<u>–</u>	<u>(324)</u>	<u>(324)</u>	<u>(2.592)</u>	<u>(413)</u>	<u>(3.005)</u>
	<b>149.874</b>	<b>–</b>	<b>149.874</b>	<b>135.892</b>	<b>–</b>	<b>135.892</b>

7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldos vencidos	146.912	133.371	149.874	135.892
até 90 dias	–	686	–	686
de 91 até 365 dias	–	1.906	–	1.906
mais de 365 dias	<u>196</u>	<u>285</u>	<u>324</u>	<u>413</u>
	<b>147.108</b>	<b>136.248</b>	<b>150.198</b>	<b>138.897</b>

7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(2.877)</b>	<b>(3.005)</b>
Constituição	(33.120)	(33.137)
Reversão	<u>35.801</u>	<u>35.818</u>
	<b>(196)</b>	<b>(324)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		

As faturas emitidas pela Companhia e sua Controlada referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota 2.8.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER E DIFERIDO

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>								
IRPJ e CSLL	8.903	819	9.032	819	11.093	819	10.309	819
PIS e COFINS	5.367	141	967	141	5.367	141	967	141
INSS	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	<u>1.326</u>	<u>–</u>	<u>1.260</u>	<u>–</u>
	<b>14.270</b>	<b>960</b>	<b>9.999</b>	<b>960</b>	<b>16.460</b>	<b>2.286</b>	<b>11.276</b>	<b>2.220</b>
<b>Passivo</b>								
IRPJ e CSLL	282.920	–	152.672	–	283.628	–	153.473	–
PIS e COFINS	13.300	–	11.420	–	13.424	–	11.521	–
ICMS	2.021	–	1.782	–	2.021	–	1.782	–
IRRF sobre JSCP	10.894	–	9.483	–	10.894	–	9.483	–
Outros	<u>257</u>	<u>–</u>	<u>459</u>	<u>–</u>	<u>287</u>	<u>–</u>	<u>497</u>	<u>–</u>
	<b>309.392</b>	<b>–</b>	<b>175.816</b>	<b>–</b>	<b>310.254</b>	<b>–</b>	<b>176.756</b>	<b>–</b>
<b>Ativo de imposto diferido</b>								
Diferenças temporárias	–	(396.255)	–	(130.950)	–	(396.255)	–	(130.950)
Liminar GSF	–	(237.084)	–	(113.358)	–	(237.084)	–	(113.358)
Provisões regulatórias	–	(323)	–	(323)	–	(323)	–	(323)
Provisão de contas a pagar	–	(502)	–	(423)	–	(502)	–	(423)
Provisão de bônus e PLR	–	(3.476)	–	(4.151)	–	(3.476)	–	(4.151)
Contingência ambiental	–	(2.069)	–	(2.121)	–	(2.069)	–	(2.121)
Contingência trabalhista	–	(4.699)	–	(4.486)	–	(4.699)	–	(4.486)
Contingência fiscal	–	(4.674)	–	(4.564)	–	(4.674)	–	(4.564)
Valores recebidos a maior RTE	–	(78)	–	(71)	–	(78)	–	(71)
ECLD	–	(143.351)	–	(1.452)	–	(143.351)	–	(1.452)
Benefício fiscal	–	(21.189)	–	(24.488)	–	(21.189)	–	(24.488)
Receita diferida	–	(8.610)	–	(4.491)	–	(8.610)	–	(4.491)
<b>Passivo de imposto diferido</b>								
Ajuste de avaliação patrimonial	–	299.151	–	340.151	–	299.151	–	340.151
Ajuste atuarial plano de pensão	–	3.370	–	2.716	–	3.370	–	2.716
Mais-valia – investimento em controlada	–	8.856	–	8.859	–	8.856	–	8.859
<b>Ativo de imposto diferido (líquido)</b>	<b>–</b>	<b>(114.677)</b>	<b>–</b>	<b>191.797</b>	<b>–</b>	<b>(114.677)</b>	<b>–</b>	<b>191.797</b>

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o saldo da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre ganho de avaliação patrimonial de R\$ 299.151 (R\$ 340.151 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as diferenças intertemporais representadas por despesas e receitas a serem realizadas no futuro, representam o montante de R\$ 337.285 (R\$ (564.109) em 31 de dezembro de 2016), com efeito de R\$ 114.677 de impostos diferidos ativos (R\$ (191.797) de impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2016). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2017 é decorrente da liminar concedida à Apine, descrita na nota 1.4. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta limina a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado. A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

8.2. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constitui provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	2017		2016	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota nº 23.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	<u>(243.072)</u>	<u>160.423</u>	<u>(82.649)</u>	<u>(79.350)</u>
	<b>62.334</b>	<b>(41.145)</b>	<b>21.189</b>	<b>24.488</b>

Saldos no final do exercício

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	2016
Amortização do ágio		(9.702)	(10.868)
Reversão da provisão		6.403	7.173
Benefício fiscal		<u>3.299</u>	<u>3.695</u>
<b>Efeito líquido no exercício</b>		<b>–</b>	<b>–</b>

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	2.946	2.630	2.348	2.097	6.367	4.801	<b>21.189</b>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ambiental	6.283	5.875	6.283	5.875
Fiscal:	10.715	10.058	10.715	10.058
IPTU e ICMS	1.570	1.471	1.570	1.471
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	138	129	138	129
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ,CSLL e IOF	9.007	8.458	9.007	8.458
Tusd–g	<u>34.021</u>	<u>31.679</u>	<u>34.021</u>	<u>31.679</u>
	<b>51.019</b>	<b>47.612</b>	<b>51.019</b>	<b>47.612</b>

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as contingências passivas prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide nota 20).

**i. Ambiental** – Depósitos judiciais efetuados pela Companhia nos autos de ações anulatórias movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), referentes a multas administrativas.

**ii. Fiscal:**

**a. IPTU (Município de Primeiro de Maio)** – A Companhia ajuizou ação anulatória de débitos fiscais em face do Município de Primeiro de Maio, débitos estes relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem à parte do reservatório da bacia de Capivara. Os depósitos judiciais ocorreram nos exercícios de 2000 e de 2010.

**b. Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL** – Depósitos judiciais referentes a mandado de segurança ajuizado com o objetivo de obter concessão de segurança para fins de ser reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada.

**c. Débitos em disputa referente à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF** – Depósito judicial efetuado em mandado de segurança para fins de garantia do juízo e suspensão da exigibilidade do débito fiscal relativo à multa de mora. A Companhia, apoiada em parecer de assessores legais, entende que a multa de mora não é devida a partir de denúncia espontânea, conforme previsto no artigo 138 do Código Tributário Nacional e, assim, nenhum passivo foi contabilizado em relação a essa discussão.

**d. Execução Fiscal – Município de Diamante do Norte (ICMS)** – Depósito judicial realizado a fim de possibilitar a oposição de embargos de devedor nos autos de execução fiscal por meio da qual se exige crédito tributário supostamente devido a título de “Alvará de Localização/Funcionamento e Vigilância Sanitária” relativo ao reservatório de Rosana. O entendimento da Companhia, embasado por parecer de seus assessores legais, é de que o Município de Diamante do Norte não tem competência para a cobrança do tributo objeto da execução fiscal, uma vez que o reservatório de Rosana se localiza no Município de Rosano/SP.

**iii. Tusd–g** – Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) e de pagar o Passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota 13 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd–g.

10. INVESTIMENTO

10.1. Controlada

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	Valor Patrimonial	
			2017	2016
Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda.	398.617,358	99,99%	235,395	215,216

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2017
Terrenos	214.911	–	–	–	–	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.194.040	2.658	(149.989)	(574)	3.596	2.049.731
Edificações, obras civis e benfeitorias	283.798	1.658	(15.679)	(7.917)	46	261.906
Máquinas e equipamentos	631.535	69.628	(43.825)	(13.637)	(3.480)	640.221
Veículos	5.264	124	(957)	(762)	–	3.669
Móveis e utensílios	473	444	(61)	(40)	(162)	654
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
	<b>3.129.346</b>	<b>74.512</b>	<b>(210.511)</b>	<b>(22.930)</b>	<b>–</b>	<b>2.970.417</b>
(–) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.035)	(146)	131	11	–	(1.039)
	<b>3.128.311</b>	<b>74.366</b>	<b>(210.380)</b>	<b>(22.919)</b>	<b>–</b>	<b>2.969.378</b>

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2017
Terrenos	234.230	170	–	–	–	234.400
Reservatórios, barragens e adutoras	2.411.783	2.656	(154.805)	(574)	3.762	2.262.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	318.437	2.348	(16.489)	(7.917)	46	296.425
Máquinas e equipamentos	740.641	69.880	(47.550)	(13.687)	(3.646)	745.638
Veículos	5.290	124	(966)	(762)	–	3.686
Móveis e utensílios	582	444	(69)	(40)	(162)	755
(–) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
	<b>3.510.288</b>	<b>75.622</b>	<b>(219.879)</b>	<b>(22.980)</b>	<b>–</b>	<b>3.343.051</b>
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(219.504)	16.878	–	38	–	(202.588)
	<b>3.290.784</b>	<b>92.500</b>	<b>(219.879)</b>	<b>(22.942)</b>	<b>–</b>	<b>3.140.463</b>
(–) Obrigações especiais (vide nota 20)	(1.035)	(146)	131	11	–	(1.039)
	<b>3.289.749</b>	<b>92.354</b>	<b>(219.748)</b>	<b>(22.931)</b>	<b>–</b>	<b>3.139.424</b>

11.3. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 – Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi de R\$ 100.654 e R\$ 104.480, respectivamente.

11.4. Taxas de depreciação

A Companhia e sua Controlada calculam a depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil–econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

11.5. Bens vinculados à concessão

Em 15 de dezembro de 2015 foi publicada a resolução normativa nº 691/2015 da Aneel, que disciplina a desvinculação dos bens servíveis à concessão/autorização, por iniciativa do agente setorial, ficando, portanto, dispensada da obrigação de solicitar anuência prévia ao órgão regulador para desvinculação dos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os bens vinculados à concessão/autorização representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da Controladora e Controlada.

11.6. Repotenciação e Modernização da UHE Capivara

Em 14 de maio de 2015, foi publicada pela Aneel a Portaria nº 156/2015, que revisou extraordinariamente a Garantia Física da UHE Capivara.

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras da UHE Capivara. Este projeto contemplou a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitará um aumento de 8,1 MW na garantia física da usina.

A obra foi iniciada em 2016, com previsão de conclusão em junho de 2019 e o montante estimado foi de R\$ 134,5 milhões, tendo sido incorridos gastos de R\$ 102,1 milhões até 31 de dezembro de 2017.

11.7. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça e não houve evolução em 2017.

11.8. Análise de Impairment

Durante o exercício, a Controladora efetuou análise dos indicativos de *impairment* dos ativos, a qual não houve nenhuma indicação de perda do valor residual desses ativos.

No mesmo período, a Controlada utilizou como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização, com receitas e despesas projetadas, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, baseadas no orçamento projetado. O fluxo de caixa descontado utilizou a taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) pré–tax de 11,46%, tendo como saldo o montante de R\$ 202.588.

As principais classes de ativos onde ocorreu reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos foram: barragens, máquinas, equipamentos e edificações.

A movimentação do saldo em 2017 é conforme descrito abaixo:

	Controlada
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>(219.504)</b>
Baixas	38
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	16.878
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(202.588)</b>

12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de dezembro de 2017 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e por UBP (Utilização do Bem Público).

12.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
	2017			2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.494	(31.289)	22.205	24.056	3,5%
Software	32.431	(23.417)	9.014	3.931	5,5%
Servidão de passagem	75	–	75	75	
	<b>86.000</b>	<b>(54.706)</b>	<b>31.294</b>	<b>28.062</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	393	–	393	739	
	<b>393</b>	<b>–</b>	<b>393</b>	<b>739</b>	
	<b>86.393</b>	<b>(54.706)</b>	<b>31.687</b>	<b>28.801</b>	
	(2.208)	1.862	(346)	(723)	
	<b>84.185</b>	<b>(52.844)</b>	<b>31.341</b>	<b>28.078</b>	
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)					

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
	2017			2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.496	(31.289)	22.207	24.056	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(1.176)	3.059	–	27,8%
Software	32.497	(23.467)	9.030	3.959	5,6%
Servidão de passagem	262	–	262	262	
	<b>90.490</b>	<b>(55.932)</b>	<b>34.558</b>	<b>28.277</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	393	–	393	739	
Servidão de passagem	14	–	14	17	
	<b>407</b>	<b>–</b>	<b>407</b>	<b>756</b>	
	<b>90.897</b>	<b>(55.932)</b>	<b>34.965</b>	<b>29.033</b>	
	(2.208)	1.862	(346)	(723)	
	<b>88.689</b>	<b>(54.070)</b>	<b>34.619</b>	<b>28.310</b>	
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)					

12.2. Movimentação do intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2017
UBP	24.056	–	(1.851)	22.205
Software	4.670	6.529	(1.792)	9.407
Servidão de passagem	75	–	–	75
	<b>28.801</b>	<b>6.529</b>	<b>(3.643)</b>	<b>31.687</b>
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)	(723)	–	377	(346)
	<b>28.078</b>	<b>6.529</b>	<b>(3.266)</b>	<b>31.341</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2017
UBP	24.056	–	(1.851)	2	22.207
Renovação de licença operacional (LO)	–	4.235	(1.176)	–	3.059
Software	4.698	6.529	(1.805)	1	9.423
Servidão de passagem	279	–	–	(3)	276
	<b>29.033</b>	<b>10.764</b>	<b>(4.832)</b>	<b>–</b>	<b>34.965</b>
(–) Obrigações especiais (vide nota nº 21)	(723)	–	377	–	(346)
	<b>28.310</b>	<b>10.764</b>	<b>(4.455)</b>	<b>–</b>	<b>34.619</b>

As adições no ativo intangível correspondem aquisições de licenças de softwares que eram de propriedade da antiga controladora da Companhia (vide nota 1.2). Além disso, a Controlada possui um compromisso junto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referente ao reflorestamento de 676 hectares que foi ativado durante o período corrente.

13. FORNECEDORES

	Controladora					
	2016					
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	638.443	–	638.443	323.026	–	323.026
Materiais e serviços contratados	8.797	–	8.797	8.096	–	8.096
Encargos de uso da rede elétrica	12.662	17.568	30.230	12.722	13.960	26.682
Tust	11.538	–	11.538	11.564	–	11.564
Tusd–g	1.114	17.568	18.682	1.138	13.960	15.098
Encargos de conexão	10	–	10	20	–	20
	<b>659.902</b>	<b>17.568</b>	<b>677.470</b>	<b>343.844</b>	<b>13.960</b>	<b>357.804</b>

	Consolidado					
	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	654.603	–	654.603	325.865	–	325.865
Materiais e serviços contratados	9.609	–	9.609	8.996	–	8.996
Encargos de uso da rede elétrica	12.703	17.568	30.271	12.762	13.960	26.722
Tust	11.538	–	11.538	11.564	–	11.564
Tusd–g	1.155	17.568	18.723	1.178	13.960	15.138
Encargos de conexão	10	–	10	20	–	20
	<b>676.915</b>	<b>17.568</b>	<b>694.483</b>	<b>347.623</b>	<b>13.960</b>	<b>361.583</b>

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 465.978 na Controladora e R\$ 470.764 no Consolidado (R\$ 206.042 e R\$ 208.597 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à Apine, conforme descrito na nota 1.4. O restante do valor trata–se da operação normal de compra de energia. Esses valores estão sendo atualizados baseados no IGPM (vide nota 26).

Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Companhia são:

i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);

ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd–g);

iii. Encargos de Conexão (vide nota 25.3).

A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd–g, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd–g e a determinação judicial para que os contratos de uso do sistema de distribuição (Cusd) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

Desta forma, diante da obrigação de pagar tais valores, em 30 de junho de 2009, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 71.262 (R\$ 59.311 registrado na rubrica Encargos do Uso da Rede Elétrica e R\$ 11.951 registrado na rubrica Despesas Financeiras), sendo, R\$ 30.534 no Passivo Circulante e R\$ 40.728 no Passivo Não Circulante, ajustando o valor registrado ao montante estabelecido pela Resolução Homologatória Aneel nº 497/2007.

A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou totalmente procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 85.086 (R\$ 78.756 em 31 de dezembro de 2016). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 17.568 (R\$ 13.960 em 31 de dezembro de 2016).

14. ARBITRAGEM

Os custos extraordinários incorridos durante a construção da PCH Retiro foram objeto de discussão em procedimento arbitral, instaurado entre a Controlada e a empresa contratada para construção do empreendimento. Em 2012, foi proferida sentença arbitral (arbitragem 45/2009), através da qual restou definida a responsabilidade de cada parte, por tais custos adicionais, restando apenas o cálculo final dos valores correspondentes. A Controlada considerou, no custo total do projeto, valores referentes a eventuais acertos finais decorrentes dessa fase de liquidação, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 15.081. Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela Controlada, da quantia de R\$ 12.503 (data–base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952.

De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da Controlada, firmado entre a Companhia e a Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), esta comprometeu–se a manter aquela totalmente indene com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Rio Paranapanema Participações S.A. à Controladora.

Os valores pagos foram registrados como reserva de capital, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 10.529. A Controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016.

Durante o segundo trimestre de 2016 foram feitos pagamentos complementares ao processo da arbitragem, registrados como reserva de capital no montante de R\$ 770, líquido dos efeitos tributários.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua controladora Rio Paranapanema Participações S.A.. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 700 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2016).

Na medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 144.870 e R\$ 3.629 respectivamente (R\$ 171.787 e R\$ 1.823 respectivamente em 31 de dezembro de 2016). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem–se à distribuição dos dividendos e JSCP. O Controlador indireto final é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

15.2. Remuneração do pessoal–chave da Administração

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 13.263 para 2017, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 1.200 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 10.863 para a Diretoria e (c) R\$ 1.200 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas–chave da Administração:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	8.382	8.793
Benefícios pós–emprego	208	308
Conselho fiscal	1.078	996
	<b>9.668</b>	<b>10.097</b>
Pagamento baseado em ações (vide nota 23.5)	–	37
	<b>9.668</b>	<b>10.134</b>

Alguns administradores da Companhia eram elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido e composto por ações da sua Controladora indireta. No ano de 2016, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano de pagamento baseado em ações da antiga Controladora o montante de R\$ 37. A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações.

Devido à reorganização societária ocorrida em dezembro de 2016 (vide nota 1.2), a partir de janeiro de 2017 a CTG Brasil deixou de conceder esse benefício.

16. DEBÊNTURES

16.1. Composição e vencimento das debêntures

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Venci- mento	Controladora e Consolidado					
				2017					
				Circulante			Não Circulante		
				Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	3.223	86.573	—	—	—
4ª	2	Variação IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	—	8.910	8.910	250.000	79.407	329.407
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	1.028	80.687	79.683	(167)	79.516
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	—	12.380	12.380	240.000	58.934	298.934
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	4.032	164.032	—	—	—
7ª	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	—	4.488	4.488	220.000	(1.039)	218.961
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	—	3.103	3.103	200.000	703	200.703

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento									
Vencimento a longo prazo			2019	2020	2021	2022	2023	Total	
Debêntures			178.020	318.712	310.005	210.355	110.429	1.127.521	
16.2. Movimentação									
	3ª Emissão	4ª Emissão		5ª Emissão		6ª Emissão	7ª Emissão		Total
	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.303	177.314	328.952	241.969	302.605	166.380	—	—	1.297.523
Movimentação das debêntures									
Captação									
de debêntures	—	—	—	—	—	—	220.000	200.000	420.000
Custos de transação	—	—	—	—	—	—	(1.870)	(1.870)	(3.740)
Amortização de									
custos de transação	—	156	78	400	286	794	208	125	2.047
Apropriação de juros	267	14.003	19.744	20.854	20.799	18.828	5.111	3.477	103.083
Apropriação de									
variação monetária	—	—	9.116	—	8.238	—	—	2.074	19.428
Pagamento									
de debêntures	(75.000)	(83.325)	—	(79.659)	—	—	—	—	(237.984)
Pagamento de juros	(5.570)	(21.575)	(19.573)	(23.361)	(20.614)	(21.970)	—	—	(112.663)
	(80.303)	(90.741)	9.365	(81.766)	8.709	(2.348)	223.449	203.806	190.171

As principais variações do saldo de Debêntures foram resultantes da captação relativa à 7ª emissão de debêntures (séries 1 e 2) (vide nota 16.3), compensado pela quitação da 3ª emissão, pelo pagamento de parcela da 4ª e 5ª emissões, pelo pagamento de juros da 4ª (séries 1 e 2), 5ª (séries 1 e 2) e 6ª (série única) emissões ocorridas ao longo do ano. As demais variações decorrem da movimentação normal do exercício.

### 16.3. Sétima emissão de debêntures

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia emitiu captação de R\$ 420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 3 (três) anos e a segunda é composta de 200.000 (duzentas mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 05 (cinco) anos, totalizando assim 420.000 (quatrocentas e vinte mil) debêntures.

As liberações efetivas dos recursos oriundos da primeira e segunda séries ocorreram em 12 de setembro de 2017 e não houveram juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RD"); (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de junho de 2017 e; (iv) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 17 de julho de 2017 ("AGE") que aprovou proposta apresentada pelo Banco Bradesco BBI S.A.

A destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para os pagamentos do (i) principal da segunda parcela de amortização das debêntures da terceira emissão da Companhia; (ii) principal da segunda parcela de amortização das debêntures da quarta emissão da primeira série da Companhia; (iii) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da quinta emissão da primeira série da Companhia; (iv) principal da Cédula de Crédito Bancário (CCB) da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da sétima emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Os juros remuneratórios da sétima emissão de debêntures da primeira série correspondem a 100% da variação acumulada do CDI, acrescidos de juros de 0,40% a.a. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidas de juros remuneratórios de 5,90% a.a.

### 16.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas (covenants) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sexta e Sétima emissões da Companhia são:

1. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

2. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants.

### 16.5. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Quarta, Quinta, Sexta e Sétima emissões, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, das quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplimento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 6ª e 7ª debêntures;

ii. 3ª/4ª/5ª debêntures – Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão.

iii. 6ª debêntures – efetiva conclusão (closing) de transferência de controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia;

Caso ocorra o Evento de Inadimplimento previsto o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, se Debenturistas representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, decidirem por considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

iv. 7ª debêntures – Transferência de controle acionário direto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na Data de Emissão.

v. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª emissão somente os itens a e b;

vi. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica;

vii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 7ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Companhia pelo somatório da dívida total e Capital Social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures disponíveis no site <http://www.paranapanemaenergia.com.br> – "Investidores" – "Informação aos investidores".

A transferência do controle acionário para a CTG Brasil, descrita na nota explicativa 1, não resultou em nenhuma alteração na classificação de risco concedido à Companhia pelas agências Moody's e Standard & Poor's, portanto, a empresa permanece em conformidade ao item ii. descrito acima.

Em 25 de novembro de 2016, ocorreu Assembleia Geral de Debenturistas da sexta emissão de Debêntures, que por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovou e consentiu a transferência do controle acionário da Companhia, atendendo assim ao item iii descrito acima.

## 17. EMPRÉSTIMO

Em 05 de maio de 2015, a Controladora realizou captação de um empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,40% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo era de dois anos. Não havia ativos dados como garantia para a obtenção dessa op eração financeira e também não havia cláusulas restritivas.

Em 05 de maio de 2017, o empréstimo foi liquidado em razão do seu vencimento.

### 17.1. Composição e vencimento

#### a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
		2017			2016		
		Circulante			Circulante		
		Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/17	—	—	—	181.000	49.228	230.228

### b) Movimentação

#### Saldo em 31 de dezembro de 2016

Apropriação juros	230.228
Pagamento de juros	10.426
Pagamento de principal	(59.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(181.000)

## 18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

A Companhia firmou compromissos com as Prefeituras Municipais da Bacia Capivara e com o Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná, partes integrantes do Cibacap, envolvidos com a formação do reservatório da UHE Capivara ("Capivara"). Esses compromissos envolvem projetos, conforme acordo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) existente em função das perdas, danos e/ou prejuízos causados a estes municípios em virtude da construção de Capivara.

A Companhia revê periodicamente os montantes de recursos necessários para fazer frente às obrigações deste contrato, ajustando o saldo da provisão no passivo sempre que necessário.

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Circulante	890	890
Não circulante	9.881	9.936
	10.771	10.826

## 19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

As obrigações com a Fundação CESP (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

I – Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas

Valor justo dos ativos

Potencial ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial antes do ajuste

Efeito do limite do ativo devido

(Passivo)/ativo reconhecido no balanço patrimonial após o ajuste

O CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados) exige que ativos eventualmente gerados sejam analisados e, caso não seja evidenciada a possibilidade de utilização desses recursos pela Companhia, deve-se aplicar tal restrição. A restrição, de reconhecimento do ativo na Companhia, ocorreu devido ao fato de que os superávits do plano de previdência não serão utilizados pela Companhia como redução futura de contribuições ou retorno de recursos para a mesma.

II – Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

(Despesa)/receita do exercício

Contribuições da empresa realizadas no exercício

Ganho/(perda) reconhecido imediatamente – efeito no patrimônio líquido

Variação do efeito do limite do ativo – efeito no patrimônio líquido

(Passivo)/ativo a ser reconhecido no final do exercício

III – Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Valor presente das obrigações no início do exercício

Custo do serviço corrente

Da Rio Paranapanema Energia

Contribuições dos empregados

Custo dos juros

Benefícios pagos no exercício

(Ganho)/perda no passivo

Valor presente das obrigações no final do exercício

IV – Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Valor justo dos ativos no início do exercício

Atualização do valor justo

Valor justo dos ativos ajustado

Rendimento real dos ativos

Rendimento esperado

Ganho/(Perda)

Contribuições no exercício

Benefícios pagos no exercício

Valor justo dos ativos no final do exercício

V – Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Custo do serviço corrente

Custo dos juros

Contribuições dos empregados

Juros sobre o ajuste do limite

Total

Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

I – Hipóteses econômicas

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Taxa de desconto (\*)

Taxa de retorno esperado dos ativos

Crescimentos salariais futuros

Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites

Inflação

Fator de capacidade

Salários

Benefícios

(\*) Utilização de taxas nomiais

II – Hipóteses demográficas

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016

Tábua de Mortalidade

Tábua de Mortalidade de Inválidos

Tábua de Entrada em Invalidez

Tábua de Rotatividade

Experiência Fundação CESP 2012

Idade com direito a todos

os benefícios integrais

Idade de Aposentadoria

% de participantes ativos casados na data

da aposentadoria

Diferença de idade entre

participante e cônjuge

Esposas são 4 anos mais

jovens do que os maridos

A Companhia designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., para conduzir a avaliação atuarial de seus benefícios pós-emprego visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1) (Benefícios a empregados), obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012.

### 19.1. Fundação CESP III

A Companhia é copatrocinadora da Fundação CESP, entidade jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade proporcionar

benefícios de suplementação de aposentadoria e pensões, utilizando o regime financeiro de capitalização, de acordo com o qual

o valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições e rendimentos, determina as necessidades

de reservas.

De acordo com a cláusula 10ª, após a publicação anual do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios (DRAA), relativo ao exercício anterior, será comparado ao saldo da dívida. Sempre que o saldo remanescente for maior que o valor apontado no DRAA como passivo a descoberto do plano, as prestações estipuladas na cláusula 8ª do presente instrumento serão reduzidas na mesma proporção. Caso da comparação retro referida resulte, ao contrário, em um valor menor do que o apontado no DRAA, as prestações estipuladas na cláusula 8ª serão revistas de modo a manter na íntegra a obrigação prevista neste contrato, observado os termos da cláusula 9ª, parágrafo único. Em virtude da apresentação de superávit, o saldo foi reduzido a zero em janeiro de 2007, superavit este verificado até 31 de dezembro de 2017.

O referido contrato é considerado, na sua essência, uma garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, envolvendo riscos de perda possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.

Os depósitos judiciais, apresentados como redução do saldo, referem-se somente aos depósitos com provisões para riscos trabalhistas e fiscais, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide nota 9).

### 20.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

#### 20.1.1. Composição

	Controladora			
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.396	(2.877)	10.519	9.571
Fiscais	17.976	(808)	17.168	16.891
Ambientais	6.086	(167)	5.919	6.239
	37.458	(3.852)	33.606	32.701

	Consolidado			
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.907	(2.902)	11.005	9.951
Fiscais	17.976	(808)	17.168	16.891
Ambientais	6.086	(167)	5.919	6.239
	37.969	(3.877)	34.092	33.081

### 20.1.2. Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total

#### Saldo em 31 de dezembro de 2016

##### Contingências

Provisões do exercício	552	—	—	552
Reversões do exercício	(162)	—	(453)	(615)
Atualizações de contingências	1.088	702	300	2.090
Acordos/pagamentos do exercício	(400)	—	—	(400)
	1.078	702	(153)	1.627

##### Depósitos judiciais

Atualizações monetárias	153	(425)	—	(272)
(Adições)	(574)	—	(167)	(741)
Baixas	291	—	—	291
	(130)	(425)	(167)	(722)
	10.519	17.168	5.919	33.606

#### Saldo em 31 de dezembro de 2017

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total

#### Saldo em 31 de dezembro de 2016

##### Contingências

Provisões do exercício	620	—	—	620
Reversões do exercício	(162)	—	(453)	(615)
Atualizações de contingências	1.123	702	300	2.125
Acordos/pagamentos do exercício	(400)	—	—	(400)
	1.181	702	(153)	1.730

##### Depósitos judiciais

Atualizações monetárias	156	(425)
-------------------------	-----	-------

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Fiscais**  
Em 31 de dezembro de 2017, as provisões para riscos fiscais com expectativa de perda provável são referentes:  
i. Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Receita Federal distribuiu o processo administrativo nº 19515.003540/2005-96 em face da Companhia, que em primeira instância foi julgado procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000, atualizado para 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 2.915 (R\$ 2.830 em 31 de dezembro de 2016);  
ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 12.730 (R\$ 12.233 em 31 de dezembro de 2016);  
iii. Processo administrativo nº 16349.720107/2011-38, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2001. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 457 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2016);  
iv. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de PIS e de COFINS. Foi apresentado recurso administrativo em razão de os valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 1.066 (R\$ 1.389 em 31 de dezembro de 2016).  
v. Mandado de Segurança nº 0900033-03.2005.4.03.6100 impetrado em face da União para afastar a incidência da CIDE sobre os pagamentos efetuados no exterior em razão do contrato firmado para prestação de serviços de consultoria financeira, os valores, atualizados para 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 808 (R\$ 749 em 31 de dezembro de 2016).

**c) Ambientais**  
Em 31 de dezembro de 2017, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:  
i. Ação para compensação de impactos ambientais movida pelo Município de Santo Inácio. A Companhia está em discussão para formalização de um TAC que será submetido ao Juiz para homologação, colocando fim à Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 3.289 (R\$ 3.199 em 31 de dezembro de 2016);  
ii. Ação anulatória de auto de infração movida em face do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atualizado para 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 1.034 (R\$ 976 em 31 de dezembro de 2016);  
iii. Provisão para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no Município de Pederneiras, atualizado para 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 47 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2016);  
iv. Ação ajuizada para Declarar nulo o auto de infração nº 246.946-D lavrado pelo IBAMA em face da UHE Canoas I, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2017 é no montante de R\$ 638 (R\$ 603 em 31 de dezembro de 2016);  
v. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2017 é no montante de R\$ 1.078 (R\$ 1.414 em 31 de dezembro de 2016);

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	17.024	6.817	17.268	8.064
Fiscais	141.557	134.040	141.557	134.040
Ambientais	26.431	23.616	26.431	23.616
Regulatórias	97.378	91.095	97.378	91.095
Cíveis	8.487	6.881	8.487	6.881
	<b>290.876</b>	<b>262.449</b>	<b>291.120</b>	<b>263.696</b>

**a) Trabalhistas**  
Em 31 de dezembro de 2017, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 17.024 (R\$ 6.817 em 31 de dezembro de 2016) na Controladora e R\$ 17.268 (R\$ 8.064 em 31 de dezembro de 2016) no Consolidado.

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de reavaliações de determinadas ações judiciais feitas por assessores jurídicos da Companhia.

**b) Fiscais**  
Em 31 de dezembro de 2017, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:  
i. Mandado de Segurança nº 2004.61.00.025355-3, impetrado em face do Delegado da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo, visando à concessão de liminar/segurança para ser reconhecido o direito da Companhia de, por força de denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN), não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 9.007 (R\$ 8.458 em 31 de dezembro de 2016);  
ii. Ação Anulatória referente à aplicação de multa por suposta falta de emissão de documentos fiscais relativos à Usina de Canoas II, nos anos-bases de 2001 a 2005. A Companhia protocolou a ação em face da Fazenda Estadual do Paraná. O processo está aguardando decisão definitiva do tribunal, no montante de R\$ 10.411 (R\$ 9.922 em 31 de dezembro de 2016);  
iii. Processos Administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 72.090 (R\$ 68.257 em 31 de dezembro de 2016);  
iv. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL referente aos anos calendário de 2008 e 2009 respectivamente. Em ambos os casos foi apresentado Recurso Voluntário que está pendente de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 36.232 (R\$ 34.581 em 31 de dezembro de 2016). O montante de R\$ 13.817 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 12.822 em 31 de dezembro de 2016).

**c) Ambientais**  
As contingências ambientais com expectativas de perda possível referem-se a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações judiciais visando declarar a nulidade das multas. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 26.431 (R\$ 23.616 em 31 de dezembro de 2016).

**d) Regulatórias**  
Em 31 de dezembro de 2017, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível são:  
i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel lavrou o Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, foi proferida sentença denegando a segurança ao Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em novembro de 2013, foi proferida decisão indeferindo o pedido de efeito suspensivo. Contra essa decisão a Companhia ajuizou Medida Cautelar Inominada, com pedido liminar, requerendo a suspensão da exigibilidade da multa, mediante depósito de seu valor integral e atualizado, o que foi deferido. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação requerendo a anulação da sentença que denegou o Mandado de Segurança. O valor atualizado da multa, classificado como perda possível, é de R\$ 34.021 (R\$ 29.311 em 31 de dezembro de 2016);  
ii. Em 2002, uma distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 39.375 (R\$ 38.425 em 31 de dezembro de 2016);  
iii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência e Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 15.962 (R\$ 15.524 em 31 de dezembro de 2016);  
iv. Em 2011, a associação das distribuidoras ingressou com ação judicial visando anular os despachos da SFF/Aneel nº 1.608/2011. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.020 (R\$ 7.835 em 31 de dezembro de 2016);

**e) Cíveis**  
As contingências cíveis com expectativa de perda possível referem-se a ações indenizatórias decorrentes do alagamento ocorrido pelas fortes chuvas na UHE Rosana, bem como a ação indenizatória que discute a cláusula de preço contratada para realização de obras pela empresa LIX referidas ações totalizam um montante de R\$ 8.487 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.881 em 31 de dezembro de 2016).

21. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS				
			Controladora e Consolidado	
			2017	2016
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota nº 11)				
Doações de equipamentos – ONS			527	556
Pesquisa e desenvolvimento – P&D			512	479
			<b>1.039</b>	<b>1.035</b>
Provenientes do ativo intangível (vide nota nº 12)				
Pesquisa e desenvolvimento – P&D – Software			346	723
			<b>1.385</b>	<b>1.758</b>
Doações de equipamentos: Equipamentos operacionais cedidos pelo ONS.				
<b>Pesquisa e Desenvolvimento:</b> Imobilizados e intangíveis adquiridos e/ou desenvolvidos com recursos oriundos de P&D.				

22. ENCARGOS SETORIAIS				
As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:				
	Controladora			
	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos				
– CFURH	10.897	–	14.398	–
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica – TFSEE	470	–	465	–
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	13.237	7.713	12.940	8.647
RGR – Quota de juros	–	–	12	–
	24.604	7.713	27.815	8.647
	Consolidado			
	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante

**Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**  
A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionados por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.  
**Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)**  
A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.  
**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**  
De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.  
Em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.  
Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
<b>23.1. Capital Social</b>						
Em 31 de dezembro de 2017, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentas e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.						
	Posição Acionária em 31/12/2017 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Acionistas</b>						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.720	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.900	0,01	1.014.301	1,61	1.017.201	1,08
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.136	0,93	2.285.949	3,63	2.580.085	2,73
	<b>31.477.761</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955.522</b>	<b>100,00</b>	<b>94.433.283</b>	<b>100,00</b>

As ações preferenciais possuem as seguintes características:  
i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;  
ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% ao ano calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;  
iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976;  
iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;  
v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;  
vi. Não terão direito a voto e serão irrogáveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

23.2. Reservas de Capital		
	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota nº 8.2)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial – Reorganização societária – Aquisição Rio Sapucaí–Mirim Energia	17.196	17.196
	<b>116.804</b>	<b>116.804</b>

23.3. Reservas de Lucros			
		Controladora e Consolidado	
		2017	2016
Reserva legal		150.471	150.471
Plano de pensão		6.551	5.282
		<b>157.022</b>	<b>155.753</b>

23.4. Dividendos e JSCP		
a) Destinação do lucro líquido do exercício		
	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Lucro líquido no exercício	243.881	361.040
Constituição de reserva legal	–	(18.052)
Depreciação (custo atribuído)	100.654	104.480
Baixas (custo atribuído)	9.600	4.384
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(37.486)	(37.014)

		316.649	414.838
		Controladora e Consolidado	
		2017	2016
Dividendos intermediários		(120.000)	(178.235)
Juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)		(74.000)	(62.893)
Dividendos propostos		(122.649)	(173.710)
		<b>(316.649)</b>	<b>(414.838)</b>

b) Composição de dividendos e JSCP a pagar		
	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Dividendos propostos	122.649	173.710
Juros sobre capital próprio a pagar	64.874	53.411
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.489	1.571
	<b>189.012</b>	<b>228.692</b>

**c) Valor por ação dos dividendos, JSCP**

Deliberação	Provento	Montante	Valor por ação – R\$	
			PN	ON
AGE de 19/12/2017	Juros sobre capital próprio	74.000	0,783622	0,783622
AGE de 31/10/2017	Dividendos	120.000	1,270738	1,270738
AGO de 28/04/2017	Dividendos	173.710	1,839499	1,839499
AGE de 27/12/2016	Juros sobre capital próprio	62.893	0,666000	0,666000
AGE de 26/10/2016	Dividendos	178.235	1,887422	1,887422
AGO de 28/04/2016	Dividendos	115.999	1,150727	1,383645

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976. Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral. Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:  
i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;  
ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;  
iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições. Os dividendos intermediários foram aprovados em AGE realizada em 31 de outubro de 2017, a qual referendou a proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 120.000, debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 1,270738 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii), do artigo 5º e no artigo 28, do Estatuto Social da Companhia e pago em 19 de dezembro de 2017 e, portanto, sem incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e o efetivo crédito aos acionistas, considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na AGE de 2017 da Companhia, conforme previsão estatutária e legal.

**23.5. Pagamento baseado em ações**  
Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária ou seus empregados. No entanto, em 2016 alguns administradores e gestores da Companhia foram elegíveis ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Plan* – LTIP), o qual foi estabelecido pela antiga Controladora e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência do empregado, como parte da sua estratégia de retenção de longo prazo de profissionais e criação de valor para o negócio de forma sustentável. O programa concedeu ao empregado a oportunidade de receber uma remuneração baseada nas ações e pagas pela antiga Controladora, sem ônus para a Companhia. A Companhia não possui plano local envolvendo suas ações. O referido programa foi outorgado aos empregados que sejam elegíveis. O programa outorga uma determinada quantidade de ações ou “*performance shares*” (o empregado recebe um determinado número de ações da antiga Controladora e ainda seus dividendos equivalentes), sendo que a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas preestabelecidas bem como “*restricted stock units (RSU)*” (direito outorgado ao executivo de receber ações da Duke Energy Corporation cumprido o período de três anos). No exercício de 2016, a antiga Controladora remunerou os empregados elegíveis em R\$ 37 referente ao pagamento baseado em ações que a Companhia reconheceu como despesa em seu resultado em contrapartida de reservas de capital, em consonância com o CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (vide nota 15.3); de tal forma, que todas as ações foram exercidas e canceladas.

23.6. Ajustes de avaliação patrimonial	
	Controladora e Consolidado
	Custo atribuído
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>792.738</b>
<b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>	
Depreciação	(100.654)
Baixa	(9.600)
Ajuste de depreciação de exercícios anteriores	(6.820)
IRPJ/CSLL diferidos	37.486
	<b>(79.588)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>713.150</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																											
continuação																											
25. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE					28. LUCRO POR AÇÃO																						
25.1. Energia elétrica vendida					O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:																						
	Controladora																										
	2017		2016																								
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$																							
Contratos bilaterais	7.593.272	1.334.167	7.715.365	1.315.113	<b>Numerador</b> <b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b> Preferenciais Ordinários																						
Contratos de leilões	221.042	34.887	484.954	72.103																							
Mercado de curto prazo (MCP)	792.211	171.874	(20.871)	2.749																							
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	5.443.901	56.243	6.061.265	73.635	<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b> Preferenciais Ordinários																						
	<b>14.050.426</b>	<b>1.597.171</b>	<b>14.240.713</b>	<b>1.463.600</b>																							
	Consolidado																										
	2017		2016																								
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$																							
Contratos bilaterais	7.729.052	1.367.496	7.855.030	1.347.057						<b>Resultado básico e diluído por ação</b> Preferenciais Ordinários																	
Contratos de leilões	221.042	34.887	484.954	72.103																							
Mercado de curto prazo (MCP)	796.152	172.596	(21.465)	2.897																							
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	5.445.249	56.257	6.086.039	73.934	<b>29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>																						
	<b>14.191.495</b>	<b>1.631.236</b>	<b>14.404.558</b>	<b>1.495.991</b>																							
(*) Não auditados pelos auditores independentes																											
O volume negativo de energia vendida na linha de MCP é explicado devido ao provisionamento do volume vendido ter sido maior do que o volume realizado em dezembro de 2017.																											
A tabela a seguir resume os volumes em MWh de energia assegurada contratadas pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em 31 de dezembro de 2017.																											
	Controladora		Controlada																								
	MWm (*)		MWm (*)																								
	2017	2016	2017	2016																							
<b>Energia disponível para venda</b>	<b>1.031</b>	<b>1.028</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>29.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial</b> <b>29.1.1 Considerações gerais</b> A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando o impacto em suas operações. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:																						
<b>ACR</b>	<b>25</b>	<b>55</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																							
2016 (3 anos)	25	55	—	—																							
<b>ACL</b>	<b>725</b>	<b>878</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>29.1.2 Risco de liquidez</b> A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Companhia e sua Controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.																						
Contratos bilaterais de venda de energia	873	878	15	16																							
Contratos bilaterais de compra de energia	148	—	—	—																							
<b>Energia livre para contratação</b>	<b>281</b>	<b>95</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																							
<b>Percentual de energia contratada</b>	<b>72,8%</b>	<b>90,8%</b>	<b>97,2%</b>	<b>100,0%</b>																							
(*) Não auditados pelos auditores independentes																											
25.2. Energia elétrica comprada para revenda																											
	Controladora																										
	2017		2016																								
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$																							
Contratos bilaterais	1.217.249	442.306	—	—	<b>Ativos</b> Caixa e equivalentes de caixa Clientes																						
Mercado de curto prazo (MCP)	168.386	22.157	475.957	85.424																							
	<b>1.385.635</b>	<b>464.463</b>	<b>475.957</b>	<b>85.424</b>																							
	Consolidado																										
	2017		2016																								
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$																							
Contratos bilaterais	1.217.249	442.306	—	—	<b>Passivos</b> Fornecedores Dividendos e juros sobre o capital próprio Encargos setoriais Debêntures Empréstimo																						
Mercado de curto prazo (MCP)	185.085	33.259	494.661	87.316																							
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	44.385	853	(31.503)	401																							
	<b>1.446.719</b>	<b>476.418</b>	<b>463.158</b>	<b>87.717</b>	<b>29.1.2 Risco de liquidez</b> A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Companhia e sua Controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.																						
As tarifas devidas pela Companhia e sua Controlada e estabelecidas pela Aneel são: Tust, Tusd–g e Encargos de Conexão (vide nota 13).																											
A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (localacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.																											
A Tusd–g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam Tusd–g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul–Sudeste Distribuidora de Energia S.A., antiga Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este pagamento.																											
Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).																											
26. RESULTADO FINANCEIRO																											
	Controladora		Consolidado																								
	2017	2016	2017	2016																							
<b>Receitas</b>					<b>30. SEGUROS</b>  A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:																						
Aplicações financeiras	63.395	69.452	69.225	75.041																							
Variações monetárias	20.750	10.453	21.046	10.682																							
Depósitos judiciais	8.182	10.449	8.355	10.678	<b>Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares</b>  <table><tr><th></th><th>Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018</th><th>Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017</th><th>Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016</th></tr><tr><td>Risco operacional</td><td>2.000.000</td><td>2.000.000</td><td>1.955.000</td></tr><tr><td>Responsabilidade civil</td><td>110.000</td><td>110.000</td><td>19.550</td></tr><tr><td>Lucro cessante</td><td>1.137.596</td><td>—</td><td>1.730.865</td></tr></table>						Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018	Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017	Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016	Risco operacional	2.000.000	2.000.000	1.955.000	Responsabilidade civil	110.000	110.000	19.550	Lucro cessante	1.137.596	—	1.730.865		
	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018	Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017	Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016																								
Risco operacional	2.000.000	2.000.000	1.955.000																								
Responsabilidade civil	110.000	110.000	19.550																								
Lucro cessante	1.137.596	—	1.730.865																								
Outras	—	4	—	4																							
CIBACAP	350	—	350	—																							
Atualização monetária de referente a liminar GSF	12.218	—	12.341	—																							
Juros e descontos obtidos	826	1.347	924	1.485	<b>31. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA</b>  <table><tr><th></th><th colspan="2">Controladora e Consolidado</th></tr><tr><th></th><th>2017</th><th>2016</th></tr><tr><td>Dividendos e JSCP propostos</td><td>316.649</td><td>414.838</td></tr><tr><td>Realização de ajuste de avaliação patrimonial</td><td>72.768</td><td>71.850</td></tr><tr><td>Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos</td><td>1.269</td><td>567</td></tr><tr><td>Imposto diferido sobre plano de pensão</td><td>654</td><td>292</td></tr></table>						Controladora e Consolidado			2017	2016	Dividendos e JSCP propostos	316.649	414.838	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	72.768	71.850	Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	1.269	567	Imposto diferido sobre plano de pensão	654	292
	Controladora e Consolidado																										
	2017	2016																									
Dividendos e JSCP propostos	316.649	414.838																									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	72.768	71.850																									
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	1.269	567																									
Imposto diferido sobre plano de pensão	654	292																									
	<b>84.971</b>	<b>81.252</b>	<b>91.195</b>	<b>87.208</b>																							
<b>Despesas</b>					<b>32. COMPROMISSOS</b>  <b>32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica</b> A Companhia e sua Controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027, e para os contratos de leilões até o ano de 2018.																						
Juros debêntures	(103.083)	(125.889)	(103.083)	(125.889)																							
Juros empréstimo CCB	(10.426)	(31.102)	(10.426)	(31.102)																							
Variações monetárias	(44.170)	(70.442)	(44.458)	(71.554)	<b>33. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>  <b>33.1. Liquidação financeira (CCEE)</b> Das liquidações que ocorreram em 2018, no montante de R\$ 96.063, R\$ 23.246 refere-se à operação normal de venda de energia no mercado de curto prazo (MRE/MCP) e R\$ 72.817 refere-se a liminar concedida a Apine. <b>33.2. Debêntures – 8ª. emissão de Debêntures</b> Conforme fato relevante divulgado em 20 de janeiro de 2018, a Companhia captará R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais), por meio da 8ª emissão pública de distribuição de debêntures simples, não–convertíveis em ações, em duas séries, emitidas sob o nome nominativa, escritural, da espécie quirografia, sem garantia adicional, no mercado local, as quais serão distribuídas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta será emitida com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada no dia 15 de fevereiro de 2018, que aprovou a proposta do Conselho de Administração encaminhada em 18 de janeiro de 2018. A oferta ainda contou com o parecer favorável do Conselho Fiscal emitido em 18 de janeiro de 2018. As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da oitava emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras da quinta, sexta e sétima emissões da Companhia. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento dos pagamentos do: i. principal da segunda parcela de amortização das debêntures da primeira série da quinta emissão da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Convertíveis em Ações da Quinta Emissão, celebrado em 29 de abril de 2014, entre a Companhia e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme alterado ("Escritura da Quinta Emissão de Debêntures"); ii. principal da terceira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Convertíveis em Ações da Quarta Emissão, celebrado em 03 de julho de 2013, entre a Companhia e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme alterado ("Escritura da Quarta Emissão de Debêntures"); iii. principal da parcela única de amortização das debêntures da sexta emissão da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Convertíveis em Ações da Sexta Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2016, entre a Companhia e Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Escritura da Sexta Emissão de Debêntures". Ademais, caso haja saldo excedente, os recursos líquidos remanescentes obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para o pagamento dos valores em aberto dos juros incidentes sobre a quinta emissão de debêntures da Companhia, nos termos da Escritura da Quinta Emissão de Debêntures. A Companhia pretende captar, por meio da emissão, recursos c Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em melhor prazo médio de vencimento do que aqueles atualmente praticados no mercado financeiro, a fim de alongar o perfil do seu endividamento. Neste sentido, com os recursos obtidos com a Emissão, será possível realizar as reposições dos pagamentos acima mencionados. O prazo de vencimento das Debêntures da primeira série de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, e o prazo de vencimento das Debêntures da segunda série de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na escritura da emissão das Debêntures. <b>33.3. Pagamento de Juros sobre o capital próprio</b> Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor global de R\$ 74.000, cabendo a cada acionista o valor bruto de R\$ 0,783622020 por ação ordinária ou preferencial. Não houve incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração (19.12.2017) e o efetivo crédito aos acionistas (30.01.2018), devendo este valor ser considerado imputável aos dividendos a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. <b>33.4. Revisão das garantias físicas</b> De acordo com a Portaria nº 178/2017, publicada em 4 de maio de 2017, que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas a partir de 1º de janeiro de 2018, segue o novo quadro com as garantia física da Companhia:																						
Outras	(4.972)	(4.137)	—	(4.137)																							
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	184	66	250	—																							
Equivalência de controladas	(5.045)	(1.816)	(6.861)	(7.067)																							
Outros	(49)	1	(48)	30																							
	<b>50.851</b>	<b>20.818</b>	<b>71.669</b>	<b>96.694</b>																							
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>50.851</b>	<b>20.818</b>	<b>71.669</b>	<b>96.694</b>																							
IRPJ e CSLL correntes	274.097	102.116	375.284	160.574																							
IRPJ e CSLL diferidos	(223.246)	(80.369)	(303.615)	(63.880)																							
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>50.851</b>	<b>20.818</b>	<b>71.669</b>	<b>96.694</b>																							
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,1%</b>	<b>6,6%</b>	<b>22,7%</b>	<b>19,5%</b>																							
	Consolidado																										
	2017		2016																								
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total																					
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>318.689</b>			<b>497.805</b>																							
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%																					
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>79.672</b>	<b>28.682</b>	<b>108.354</b>	<b>124.451</b>	<b>44.802</b>	<b>169.253</b>																					
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>																											
Amortização encargo credor inflacionário	(2.260)	73	(2.187)	(2.260)	73	(2.187)																					
Despesas ineditáveis	2.605	754	3.359	2.163	619	2.782																					
Juros sobre capital próprio	(18.500)	(6.660)	(25.160)	(15.723)	(5.660)	(21.383)																					
Incentivos fiscais	(4.972)	—	(4.972)	(4.137)	—	(4.137)																					
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	184	66	250	—	—	—																					
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(3.620)	(1.170)	(4.790)	(5.682)	(1.914)	(7.596)																					
Outros	(48)	2	(46)	30	3	33																					
	<b>53.061</b>	<b>21.747</b>	<b>74.808</b>	<b>98.842</b>	<b>37.923</b>	<b>136.765</b>																					
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>53.061</b>	<b>21.747</b>	<b>74.808</b>	<b>98.842</b>	<b>37.923</b>	<b>136.765</b>																					
IRPJ e CSLL correntes	276.307	102.116	378.423	162.722	60.920	223.642																					
IRPJ e CSLL diferidos	(223.246)	(80.369)	(303.615)	(63.880)	(22.997)	(86.877)																					
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>53.061</b>	<b>21.747</b>	<b>74.808</b>	<b>98.842</b>	<b>37.923</b>	<b>136.765</b>																					
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16,6%</b>	<b>6,8%</b>	<b>23,4%</b>	<b>19,9%</b>	<b>7,6%</b>	<b>27,5%</b>																					
A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.																											

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de Concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	324,3	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE – Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033
					2.241,3	1.059,7		

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do DF em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física das Usinas Canoas I e II e dos parâmetros fixados para as UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas. A Companhia vai recorrer das decisões.

33.5. Contrato de compartilhamento de recursos humanos

De acordo com o Despacho Aneel nº 91 de 16 de janeiro de 2018 a Companhia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017 e segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016. O contrato de compartilhamento entrará em vigor na Companhia após a adoção de algumas medidas administrativas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL					
O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 15.03.2018, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2017. Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o Conselho Fiscal, por maioria de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, às Demonstrações Financeiras da Companhia, às Notas Explicativas, ao Relatório Anual da Administração e à Proposta para Distribuição do Resultado, determinando o encaminhamento do presente parecer à assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito. São Paulo, 15 de março de 2018.					
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	François Moreau	Marcelo Curti	Edgar Massao Raffaelli	Ary Waddington	Murici dos Santos
Presidente	Conselheiros Efetivos			Conselheiros Suplentes	

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) manifestaram sua inteira concordância, por unanimidade, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2018. São Paulo, 14 de março de 2018.

Yinsheng Li	Yujun Liu	Evandro Leite Vasconcelos	Narciso Meschiatti Filho
Presidente	Membros Efetivos		Membro Suplente
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA			

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 14 de março de 2018.

Yinsheng Li	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Carlos Alberto Dias Costa	João Luís Campos da Rocha Calisto	Plautius Soares André Filho
Diretor Executivo Presidente	Diretor Executivo Financeiro, Administrativo e de Informática e Diretor Executivo de Relações com Investidores	Diretor Executivo de Operações	Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético	Diretor Executivo Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Yinsheng Li	Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	Yinsheng Li
Presidente	Presidente	Diretor Executivo Presidente
Yujun Liu	François Moreau	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Membro Efetivo	Conselheiro Efetivo	Diretor Executivo Financeiro, Administrativo e de Informática e Diretor Executivo de Relações com Investidores
Evandro Leite Vasconcelos	Marcelo Curti	Carlos Alberto Dias Costa
Membro Efetivo	Conselheiro Efetivo	Diretor Executivo de Operações
Eliseu Nogueira de Andrade	Edgar Massao Raffaelli	João Luís Campos da Rocha Calisto
Membro Efetivo	Conselheiro Suplente	Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético
Narciso Meschiatti Filho	Ary Waddington	Plautius Soares André Filho
Membro Suplente	Conselheiro Suplente	Diretor Executivo Comercial
Murici dos Santos	Murici dos Santos	
Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente	

<b>Rodrigo Teixeira Egreja</b> Diretor de Controladoria	<b>Narciso Meschiatti Filho</b> Contador – 1SP-101290/O–O
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</b>	

Aos Administradores e Acionistas  
Rio Paranapanema Energia S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Energia S.A. e da Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.  
**Porque é um PAA**  
**Efeitos de liminares sobre a geração do fator de ajuste de energia (Notas 1.4, 1.5 e 13)**  
A Companhia e outros agentes de geração tem sentido os efeitos da severa crise hídrológica ocorrida nos últimos anos, que impactam o volume de energia disponível para a venda de usinas hidráulicas e o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia), que afeta o custo de geração. Dessa forma, a Companhia entrou como parte beneficiária da ação judicial que visa prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do *Generation Scaling Factor* (GSF) e do PLD concedida à APINE (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica). No final de 2015, o governo federal promulgou Lei com opção para que os geradores repactuassem o risco hídrológico, que não foi exercida pela Companhia e outros agentes. No início de 2018, a liminar da APINE foi revogada e posteriormente restabelecida para o período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018.  
Em função do exposto, a Companhia provisiona os valores do efeito de GSF discutidos na referida ação judicial na conta de fornecedores. Por outro lado, os valores a receber não foram impactados até setembro de 2017, devido a liminar da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), da qual a Companhia também é parte, por meio da qual foi concedido o direito de prioridade de recebimento dos valores em discussão. Essa liminar foi extinta em setembro de 2017. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e a necessidade de um acompanhamento permanente e tempestivo dos desenvolvimentos do assunto e seus correspondentes efeitos contábeis.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Efetuamos o entendimento do assunto junto à administração, bem como dos controles estabelecidos para capturar e contabilizar os efeitos das ações judiciais em curso.  
Nos reunimos com os assessores jurídicos da administração para entender os processos e testamos as transações e os saldos em confronto com notas de liquidação da Câmara de Liquidação de Energia Elétrica (CCEE). Também, revisamos as divulgações do assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras.  
Consideramos que os critérios adotados pela administração estão suportados por posições de assessores jurídicos e que as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com informações e documentos por nós obtidos.

**Porque é um PAA**  
**Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais e contingências ativas e passivas (Notas explicativas 2.17, 3, 8 e 20.1)**  
Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios estão as provisões fiscais, cíveis e trabalhistas.  
Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.  
A decisão de reconhecimento de um passivo e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento da administração, a partir de posições de seus consultores jurídicos.  
Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação. Por essa razão, esse foi um dos principais assuntos de nossa auditoria.  
**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos procedimentos para a contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas às demonstrações financeiras.  
Solicitamos e obtivemos a confirmação diretamente com os advogados que patrocinam as causas, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda.  
No caso das ações tributárias relevantes, nossas análises foram efetuadas em conjunto com os nossos especialistas da área tributária.  
Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte estão consistentes com o nosso entendimento sobre os temas envolvidos e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

**Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Notas 2.5.4 e 11)**  
Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. possui ativos classificados no grupo do imobilizado no montante de R\$ 170.046 mil, já líquidos de provisão para mensurar esses ativos ao seu valor recuperável, no valor de R\$202.589 mil.  
Ajustes à provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) desses ativos (bens e direitos) são determinadas com base em estimativas do seu valor em uso.  
Em 2017, a administração considerou que havia indicadores de que a perda registrada em exercícios anteriores poderia não mais existir ou poderia ter diminuído. Portanto, procedeu ao teste de *impairment* e concluiu que deveria reverter parte da perda, no montante de R\$ 16.878 mil.  
Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores do imobilizado, e pelo fato de a determinação da necessidade de reversão ou complemento da perda por redução ao valor recuperável envolver julgamentos significativos da administração, relacionados a projeções de resultados, com a utilização de premissas críticas.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Entre outros procedimentos, e com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação de negócios, checamos a precisão matemática das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração

(ii) principais premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas no ano anterior com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando alguns diferentes intervalos e cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas em notas explicativas.  
Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**  
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 16 de março de 2017, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase em relação à utilização de taxas de depreciação de bens do valor imobilizado de acordo com a sua vida útil.  
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2018